

# A LINGUÍSTICA DE ROUSSEAU: A ESTRUTURA ABERTA E A POTÊNCIA CRIADORA DA LINGUAGEM

Ericson Falabretti  
PUCPR

## I

*Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos  
pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem  
Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos  
coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.*

(Graciliano Ramos)

O exame da linguagem ocupa lugar central no conjunto do pensamento rousseauiano, ao mesmo tempo em que apresenta uma nova teoria linguística: uma *onto-genética*<sup>1</sup> da palavra. No *Ensaio sobre a origem das línguas*<sup>2</sup>, Rousseau revisita a discussão antropológica e a perspec-

---

1 O uso do termo “ontogenética”, aplicado à linguística de Rousseau, nasceu a partir de uma conversa com o professor Antonio Valverde (PUCSP), a quem eu agradeço pela preciosa observação.

2 A data precisa sobre a composição do *Ensaio* ainda é motivo de controversa entre os especialistas da obra rousseauiana. Foi publicado pela primeira vez em 1781, 3 anos após a morte de Rousseau. No comentário introdutório das obras completas de Rousseau, utilizadas nesse trabalho, Jean Starobinski, apoiado no exame de uma carta de Rousseau ao seu editor (Du Peyron, 24 de janeiro de 1765), aponta que o *Ensaio* deve ter sido escrito após a composição e publicação da *Letra sobre a música francesa* (1753) e do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755). Portanto, conforme a indicação de Starobinski, o *Ensaio* foi escrito por Rousseau entre o segundo *Discurso* e o *Contrato Social* (1762). O exame dos textos e a análise dos temas reforçam a tese de Starobinski sobre o lugar intermediário do *Ensaio*, pois como veremos

tiva anti-histórica do homem a partir de uma análise das diferentes formas de comunicação – do gesto, da fala e da escritura – e, ainda, reassume o problema do tempo – da saída do estado de natureza, do devir e da aparência – como história das línguas. Já a novidade da linguística rousseauiana, objeto de análise deste texto, está na consideração da não presença, da estrutura aberta e da potência criadora da linguagem.

O caminho traçado por Rousseau vai da fala à sociedade e não o contrário, pois a invenção da linguagem – momento inaugural da vida social – não pressupõe nenhuma forma anterior de sociabilidade que possa explicar o seu nascimento. Todavia, essa anteposição não implica na adoção de uma tese sobre a presença *a priori* da linguagem, pois – diferente do grito natural – ela não existiu desde sempre na natureza, ainda que tenha nascido de causas naturais: “... sendo a palavra a primeira instituição social, só a causas naturais deve a sua forma”.<sup>3</sup> Desse modo, a primeira tese rousseauiana, a solução inédita para a origem das línguas, é a sua não presença na natureza e na civilização, mas no entremeio fugidio entre o ser e o parecer, entre o grito natural e a fala articulada, entre a vida no estado de natureza e na sociedade.

Rousseau supõe que a função primordial da linguagem – a comunicação – é inseparável do seu poder criador e transformador. O primeiro acréscimo da linguagem foi vivido no homem, colocado em curso como modificação da natureza humana. Na linguística rousseauiana, os homens sentiram antes de falar e, somente então, depois de inventarem as palavras, aprenderam a pensar: “Lembre-se de quantas ideias devemos ao uso da palavra, como a gramática exercita e facilita as operações do espírito (...)”<sup>4</sup>. Sem a invenção da linguagem, se a continuidade da vida fosse possível, os homens ainda estariam próximos do estado de pura animalidade característico dos selvagens dos primeiros tempos, limitados às paixões e necessidades elementares, incapazes de se organizar coletivamente e, ainda, de formar juízos complexos um pouco além daqueles nascidos para responder às primeiras necessidades. A potência criadora da linguagem também está na origem da instauração da propriedade privada e da fundação da sociedade civil. A origem e a constituição das formas públicas de organização da vida, funda-

---

ao longo desse artigo, no *Ensaio* Rousseau retoma as teorias sobre música e canto – presentes na *Letra sobre a música francesa* – e as discussões sobre antropologia e linguagem do segundo *Discurso*.

3 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.375.

4 ROUSSEAU. *Discours sur l'inégalité*, v. 3, p.146.

mentais para garantir a sobrevivência dos homens, foram mediadas pelo poder formativo das palavras. Conforme uma das mais conhecidas passagens do *Discurso sobre a desigualdade*, em um momento determinante na história do homem, foi o encanto da palavra, a sua função retórica aliada ao seu poder de criar, e não a coerção da espada, que suscitou a primeira grande forma de desigualdade, aquela que separou os homens em ricos e pobres: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”<sup>5</sup>. A gênese das línguas, traçada no segundo *Discurso* e no *Ensaio*, mostra como a linguagem, ao lado de outros determinantes históricos, opera como causa – logos do movimento – da saída do estado de natureza: “A língua de convenção só pertence ao homem e esta é a razão porque o homem progride, seja para o bem ou para o mal, e porque os animais não o conseguem”<sup>6</sup>.

O homem apreendeu a falar antes de raciocinar, pois a linguagem, grávida de paixões, necessidades e ideias, carrega na sua estrutura o não natural, o devir. A linguagem nasceu para, primeiro, comunicar paixões e, depois, para suprir uma negatividade – uma falta – inerente ao homem, à natureza e às formas de expressão pré-linguísticas: “Como os primeiros motivos que fizeram os homens falar foram paixões, suas primeiras expressões foram tropos. [...] A princípio só se falou pela poesia, só muito tempo depois é que se tratou de raciocinar”<sup>7</sup>. O abandono da poesia pelo raciocínio retrata um deslocamento inscrito na essência da linguagem. Na perspectiva rousseauiana esse movimento, a passagem do canto para gramática, se explica em função da perfectibilidade, da capacidade intrínseca da linguagem em operar modificações e abrir-se ao progresso do homem, da sociedade, das ciências e das artes.

A dupla tese, a centralidade e a novidade do estudo rousseauiano da linguagem, também pode ser lida, ainda que em bases diferentes, em duas importantes críticas da linguística rousseauiana: A *Gramatologia* de Derrida e os ensaios sobre linguagem, literatura e teatro escritos por Bento Prado Jr e publicados postumamente sob o título *A retórica de Rousseau*. A noção derridariana de *suplementariedade* e a concepção nuclear de *retórica*, enunciada por Derrida e aprofundada por Bento Prado Jr, são reveladoras da análise inédita de Rousseau no

5 ROUSSEAU. *Discours sur l'inégalité*, v. 3, p.164

6 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.381.

7 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.381.

campo da linguística, dos motivos das mudanças operadas na própria estrutura da linguagem, no homem e na história a partir do uso dos signos. O caráter suplementar e a função retórica da linguagem, como melhor veremos, aprofundam o sentido das noções de potência criadora e estrutura aberta e, ainda, trazem à luz as implicações da linguística rousseauniana para a compreensão das diferentes experiências da fala e da escritura: na natureza, na sociedade, na política e na literatura autodescritiva.

## II

Suprir significa, conforme Derrida, modificar, acrescentar e, ainda, substituir. O suplemento é aquilo que complementa, transforma o estado original e toma o lugar da coisa natural. Nesse sentido, a suplementariedade (para Derrida, central no exame da escritura) reproduz a lógica que alia à falta – não plenitude – como ocasião para a mudança, explica a abertura do natural ao artificial, a substituição da presença pela ausência e, finalmente, a passagem da imitação à representação. Na experiência da escritura, por exemplo, é sempre a reapropriação do ausente, a força da letra ou da imaginação, a articulação simbólica do pensamento que supre a falta da coisa mesma, que acrescenta e transforma o estado original:

Mas o suplemento supre. Ele não acrescenta senão para substituir. Intervém ou se insinua *em-lugar-de*, se ele colma, é como se cumula um vazio. Se ele representa e faz imagem, é pela falta anterior de uma presença. Suplente e vicário, o suplemento é um adjunto, uma instância subalterna que substitui. Enquanto substituto, não se acrescenta simplesmente à positividade de uma presença, não produz nenhum relevo, seu lugar é assinalado na estrutura pela marca de um vazio. Em alguma parte, alguma coisa não pode-se se preencher de si mesma, não pode efetivar-se a não ser deixando-se colmar por signo e procuração. O signo é sempre suplemento da própria coisa.<sup>8</sup>

A lógica da suplementariedade, ainda que isso não esteja totalmente evidente no texto de Derrida, pode ser generalizada para todas as formas de expressão. Num momento anterior ao nascimento da escritura, conforme Derrida “uma violência feita à destinação natural da lín-

gua”<sup>9</sup>, as línguas do gesto e da fala original não deixavam de representar formas suplementares. Pois antes do acréscimo da letra à fala, a voz supriu o silêncio expressivo da língua natural dos gestos limitada ao alcance dos olhos. Como podemos ler no *Ensaio sobre a origem das línguas*, nesse primeiro jogo de suplências – do gesto à fala – os sons ocuparam o lugar da visão crua das coisas, o interesse substitui a imitação e, por consequência, a expressão física das necessidades foi acrescida – modificada – pela sonoridade das paixões: “As paixões possuem seus gestos, mas também suas inflexões, e essas inflexões nos fazem tremer, [...] penetram por seu intermédio até o fundo do coração, imprimindo-lhe mesmo que não o queiramos, os movimentos que a despertam e fazendo-nos sentir o que ouvimos.”<sup>10</sup> Como suplemento, a linguagem, antes de informar, persuade, forma e deforma ou, ainda, articula e desarticula a realidade em torno de um novo sentido. A linguagem não se limita a traduzir paixões e significações, ela cria significações, modifica e complementa as paixões e o próprio homem. Nesse sentido, como veremos a seguir, no exame da linguística rousseauiana, a complementariedade une a estrutura aberta e a potência criadora da linguagem à sua função retórica.

A linguagem, na interpretação antecipada por Derrida e aprofundada por Bento Prado Jr., tem duas faces complementares que explicam os matizes semânticos da sua estrutura expressiva. A face retórica ligada a uma singularidade local – as contingências históricas – e a gramatical, que espelha a estrutura fixa e universal da razão. A função retórica da linguagem, a sua face inicial, inarticulada, cantante, próxima ao grito natural, perde em persuasão e energia na medida em que é suprida pela clareza. Já a função gramatical – a voz sufocada pela estruturação lógica dos signos – submete a função imitativa e persuasiva da retórica à representação e ao entendimento. A força da linguagem está justamente na perspectiva oposta à da Gramática. No primeiro caso, a linguagem é um sopro da verdade e, depois, enquanto fala articulada, é entendimento. Todavia, como explicar esse deslizamento, esse enfraquecimento retórico da linguagem em proveito de uma articulação racional?

A história das línguas, paralelamente à história das condições materiais, sociais e políticas, pode ser descrita como um movimento de fragmentação do uso retórico da linguagem em benefício da função cognitiva e representativa. A linguagem, desde a sua origem, está sujeita

---

9 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 177

10 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 378.

a um conflito de forças, internas e externas, que moldam a sua organização e implicam no seu alcance expressivo: seja retórico ou gramatical. Seguindo o texto de Bento Prado Jr., a constituição da linguagem, das diferentes formas de expressão obedece a uma dinâmica semelhante àquela responsável pela conservação ou pela alteração das paixões. As paixões apresentam até três diferentes reações diante dos obstáculos com os quais se deparam: i) as forças das paixões vencem os obstáculos e, desse modo, se conservam puras; ii) as forças das paixões podem ser detidas pelos obstáculos e, caso não operem nenhum desvio, elas se mantêm no seu estado bruto, permanecendo, nesse caso, em repouso; iii) e, finalmente, as forças das paixões se mostram fracas diante dos obstáculos e, por isso mesmo, não continuam em repouso, perdem sua energia original e são desviadas, deslocadas do seu curso natural e modificadas. Essa dinâmica do desenvolvimento das paixões, que marca a oposição entre força e obstáculo, que estabelece as possibilidades do repouso (da continuidade do natural) e do movimento que corrompe o natural, parece não estar apenas associada à diferenciação moral dos homens; ela se estende como uma espécie de motor, uma dialética rousseauniana presente em toda a sua obra que explica desde o desenvolvimento psicológico dos homens, passando pela necessidade da propriedade privada, das leis, da obra política e, como bem lembra Bento Prado Jr., determinando a própria estrutura da linguagem: “Na distinção entre o natural e o forçado, entre a linha reta da natureza e a linha oblíqua da maldade, esboça-se a distinção essencial que opõe força à violência, distinção que tem prolongamento tanto no âmbito da teoria moral como na teoria da linguagem”<sup>11</sup>.

Na interpretação de Bento Prado Jr, Rousseau não se limitou a descrever os momentos de paz e de violência, de liberdade e de servidão a partir de um exame da história das línguas. Rousseau inovou, sobretudo, ao supor que a linguagem carrega em sua estrutura o sentido latente das diferentes formas de existência moral: liberdade e servidão, paz e violência. Na teoria rousseauniana, a linguagem deixa de operar contra a violência das coisas, tema central na análise bentiana, no exato momento do esgotamento da sua força persuasiva: “A violência das coisas só é possível depois da supressão da força dos signos, da energia da voz humana”<sup>12</sup>.

A linguagem, devido ao seu caráter suplementar, funciona, simultaneamente, como causa e consequência de um mesmo processo, de uma mesma dinâmica que opõe força natural aos

11 PRADO Jr, *A retórica de Rousseau*, p.141.

12 PRADO Jr. *A Retórica de Rousseau*, p. 186.

obstáculos. Portanto, o processo de corrupção – o devir que marca a passagem da natureza à sociedade, da essência à aparência – é indissociável de um exame da estrutura da linguagem e da história das línguas. Rousseau, no *Ensaio sobre a origem das línguas*, apresenta uma interpretação inédita sobre a possibilidade do uso dos signos, ou melhor, sobre a impossibilidade da língua em se constituir como espelho da verdade, seja dos sentimentos ou da razão. Ainda, conforme Bento Prado Jr., Rousseau rompeu com a “linguística cartesiana” ao pressupor para a língua uma estrutura antinômica: necessidade e paixão; natureza e civilização, certeza e erro, ser e parecer. A língua, determinada pela polaridade paixão-necessidade, fiadora e, ao mesmo tempo, filha de um jogo suplências jamais poderia se realizar como a linguística clássica entendeu, fundamentada na estrutura da razão: “A força que provoca a reflexão sobre a linguagem é, de fato, o escândalo de um perigo intrínseco ao uso dos signos”<sup>13</sup>. No *Ensaio*, o problema da unidade perdida é ampliado para o âmbito da formação da linguagem. Rousseau inaugura uma nova fonte de leitura da história. Incorpora ao estudo das disputas materiais ou, ainda, em oposição a uma teleologia naturalista, o estudo da gênese das línguas como elemento explicativo do movimento da história e, por sua vez, como causa da aparência, da desigualdade e da servidão.

### III

A perspectiva de análise que opõe a força natural ao obstáculo, explica, no *Ensaio* e no segundo *Discurso*, o processo de formação e diferenciação das línguas, o jogo de suplências, a passagem da retórica à gramática. Nesses dois textos, mais especificamente no primeiro, Rousseau mostra-nos o quanto as condições do meio físico, da natureza em primeiro lugar e, depois, das relações econômicas, sociais e políticas foram determinantes para a origem da linguagem e para a formação das diferentes línguas. Os processos de nascimento e a expansão da linguagem são considerados concomitantemente ao movimento de transformação dos homens, que, em último caso, responde às circunstâncias engendradas pelo meio natural e constituídas historicamente. Se os obstáculos – naturais ou não – impõem mudanças à linguagem, principalmente em função da sua estrutura aberta, eles não deixam também de modificar o homem e, ainda, de oferecer novos desafios. Como está no *Ensaio*, a questão é lógica, as condições naturais mudam; os homens, devido a isso e para garantir a vida se adaptam às novas circunstâncias e, por conse-

---

13 PRADO Jr. *A Retórica de Rousseau*, p. 112.

quência, a linguagem também não permanece a mesma: “As línguas se formam naturalmente baseadas nas necessidades dos homens, mudam e se alteram de acordo com as mudanças dessas mesmas necessidades”<sup>14</sup>. Não são poucos os exemplos que demonstram o quanto a diversidade das línguas é uma consequência natural dos diferentes graus de dificuldades suscitados pela disparidade do meio natural: “A principal causa que as distingue (as línguas) é local, resulta dos climas em que nasceram e da maneira pela qual se formaram”<sup>15</sup>. Nos climas quentes, de verões longos e invernos amenos, por exemplo, as necessidades nascem das paixões e as comodidades da vida são mais facilmente arrançadas; a linguagem, determinada por esses fatores, é alegre e cantante, carregada de inflexões vocais e cheia de energia. Porém, aberta e sem um grande poder de definição. Ao contrário, nas regiões frias, a privação dos bens fundamentais para a sobrevivência é uma constante e as necessidades dão origem às paixões. A língua dos povos setentrionais, como as paixões, é mais fria e monótona e, por isso mesmo, mais econômica. Todavia, nesse último caso, é mais clara e articulada. Pois dadas as difíceis condições de vida, foi necessário dizer muito com poucas palavras:

Com o decorrer dos tempos, todos os homens se tornaram semelhantes, porém é diferente a ordem do seu progresso. Nos climas meridionais, onde a natureza é pródiga, as necessidades nascem das paixões; nas regiões frias, onde ela é avara, as paixões nascem das necessidades, e as línguas, tristes filhas das necessidades, ressentem-se de sua áspera origem.<sup>16</sup>

Segundo Derrida, no processo de formação e diferenciação das línguas Rousseau cresceu à força das necessidades sobre as paixões a predominância das línguas do norte sobre as do sul: “O polo da articulação linguística está no norte. A articulação é pois um simples apagamento; ela não embota a energia do desejo ou do acento. Ela desloca e reprime o desejo pelo trabalho.”<sup>17</sup> A lógica da subsistência ilustra o domínio formativo das línguas do norte sobre as línguas do sul. As línguas no norte respondem às necessidades da produção material da vida, a luta mais desgastante contra a morte, aos rigores do clima, a infertilidade do solo e ganham,

14 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 428.

15 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.394.

16 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 407.

17 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 275.

na sua constituição, a estrutura que permite, paulatinamente, se impor a organização da vida e a declaração das paixões. As línguas do norte explicam a predominância da estrutura fixa que supriu a liberdade do canto pela estruturação uniforme da construção gramatical. Não é a paixão pela vida, mas o desejo de não morrer que esclarece a ascendência da face fria e monótona da língua à face retórica:

Antes de pensar em viver feliz, tinha-se de se pensar em viver. A sociedade só se formou pela indústria, porquanto a necessidade mútua unia mais os homens do que o teria feito o sentimento. Sempre presente, o perigo de perecer não permitia que se limitassem à língua do gesto, e entre eles a primeira palavra não foi amai-me, mas ajudai-me<sup>18</sup>.

A pluralidade das línguas, desenhada na geografia do solo e do clima, é causa, inicialmente, da diferença entre a declaração – “*desejo*” – e o apelo – “*socorro*”, entre a língua filha das paixões e a língua nascida das necessidades. Para entender, não simplesmente o processo de diferenciação das línguas, mas a separação entre o canto e a fala, a substituição do acento pelo intervalo e o aparecimento da escrita é preciso, nas palavras de Derrida, recorrer “ao jogo de predominâncias”<sup>19</sup>, a essa polaridade que opõe paixão-necessidade e sul-norte.

Contudo, os obstáculos que podem interferir diretamente na estrutura da linguagem e na sua forma expressiva não se resumem àqueles oferecidos pela natureza. Na narrativa rousseauiana, soma-se às condições e necessidades naturais a emergência racional da produção e da proteção da vida. Desse modo, Rousseau também entende que não menos fundamentais para o aperfeiçoamento da linguagem são também o aprofundamento das relações entre os homens – ex: a descoberta do amor moral, a formação da família e das primeiras comunidades – e as necessidades econômicas, sociais e políticas que impuseram à vida uma organização mais complexa e, por consequência, exigiram uma nova linguagem: “Na medida em que as necessidades crescem, os negócios se complicam, as luzes se expandem, a linguagem muda de caráter [...] o acento se extingue e a articulação progride; a língua fica mais exata, mais clara, porém mais morosa, mais surda e mais fria.”<sup>20</sup> No jogo de predominâncias, agora estendido da natureza para a

18 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 408.

19 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 273.

20 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 384.

sociedade, do clima para a cultura, o homem descobriu a técnica e o cálculo e, definitivamente, deslocou a linguagem do domínio da retórica e da inocência para o campo da gramática e da aparência. As necessidades se multiplicam, o problema do cálculo, da produção material e da proteção da vida impõe que a fala – a forma da língua que nasceu para suprir o gesto – se converta em uma língua da razão e aproxime os homens pela causa avessa – *besoins* – daquela que determinou o seu nascimento.

No capítulo IX do *Ensaio*, sobre a formação das línguas meridionais, Rousseau retoma o conjunto de predominâncias, a dinâmica que opõe à força ao obstáculo, e reconstrói os eventos que determinaram a saída do estado de natureza e a invenção da linguagem. Na descrição rousseauiana, os diferentes estágios do homem – selvagem, bárbaro, civilizado – correspondem às caracterizações do trabalho, da moral e, ainda, da linguagem.

Tendo a caça como forma inicial de trabalho, os selvagens acreditavam-se inimigos uns dos outros. Errantes nas florestas, sem qualquer ideia de sociabilidade, com a piedade ainda adormecida, os homens também eram fracos, ignorantes e solitários: “[...] devia ser um animal feroz esse homem...”<sup>21</sup> Na interpretação rousseauiana, em uma descrição que lembra o discurso hobbesiano, esse período marca o nascimento das paixões polares fundadas na presença: amor doméstico e aversão ao estranho. “Sempre vendo tão somente o que estava a sua volta, nem mesmo isso conheciam, nem sequer conheciam a si próprios. Tinham a ideia de um pai, de um filho, de um irmão, porém não de um homem [...] para ele era a mesma coisa um estrangeiro, um animal, um monstro”<sup>22</sup>.

O segundo estágio, quando o homem aprendeu a domesticar os animais e a viver em família, é o período da barbárie. Sem sociedade, sem leis, sem compromissos mútuos, sempre prontos para o combate, os homens julgavam-se, individualmente, com direito a tudo e a todos: “Em todos os lugares dominava o estado de guerra e a terra toda estava em paz”<sup>23</sup>. Na hipótese rousseauiana, o homem bárbaro está no ponto médio que separa o ser amoral do homem corrompido, na passagem do grito natural à fala uníssona estruturada na gramática. Nesse período

---

21 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.395.

22 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.396.

23 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.396.

intermediário, “a idade de ouro”, o retrato do bárbaro é do homem que age unicamente por sua vontade até o extremo da sua força. A força das paixões que vence os obstáculos, a vida solitária e bruta não requer nem valores e nem palavras frias e uniformes.

A superação da barbárie, desse estágio pré-civilizatório, ocorreu quando o homem inventou, concomitantemente, o trabalho, o amor moral e a linguagem articulada. A lógica que opõe a força natural aos obstáculos também cria ocasião para o suplemento atender e modificar a vida. O progresso das necessidades, a descoberta de novas paixões, o desenvolvimento da razão e da linguagem enriqueceram o jogo de suplências, acresceram à economia da natureza – o clima, o solo e as necessidades originais – os elementos determinantes da civilização. No entanto, as invenções das técnicas, das artes, das ciências e da própria linguagem ganharam o seu primeiro impulso da natureza. A sede – a primeira e mais emergencial necessidade – e a água – a fonte natural da vida – criaram a oportunidade para que os homens pudessem inventar o trabalho, o amor moral – o desejo pelo desejo – e a linguagem. Numa bela passagem do **Ensaio**, está tudo junto. O trabalho, as paixões, a dança, a alegria e a linguagem nascem do encontro na água. A água uniu os homens e despertou o gosto pelo gozo comum dos desejos e pela partilha da vida:

Aí se formaram os primeiros laços de famílias e aí se deram os primeiros encontros entre os dois sexos. As moças vinham procurar água para a casa, os moços para dar de beber aos rebanhos. Os olhos habituados desde a infância aos mesmos objetos começaram a ver aí outras coisas mais agradáveis. O coração emocionou-se como esses novos objetos, uma atração desconhecida tornou-se menos selvagem, experimentou o prazer de não estar só. A água, insensivelmente, tornou-se mais necessária, o gado teve mais sede: chegava-se açodadamente e partia-se com tristeza. Nessa época feliz, na qual nada assinalavam as horas, nada obrigava a contá-las, e o tempo não possuía outras distrações além do tédio. Sob velhos carvalhos, vencedores dos anos, uma juventude ardente aos poucos esqueceu a ferocidade. Acostumaram-se gradativamente uns aos outros e, esforçando-se por fazer entender-se, aprenderam a explicar-se. Aí se deram as primeiras festas – os pés saltavam de alegria, o gesto, ardoroso não bastava e a voz acompanhava com acentuações apaixonadas; o prazer e o desejo confundidos faziam-se sentir ao mesmo tempo. Tal foi, enfim, o verdadeiro berço dos povos – do puro cristal das fontes saíram às primeiras chamas do amor<sup>24</sup>.

24 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.405-406.

Se do encontro na água nasceu o amor e o desejo de não estar só, foi a invenção do trabalho que determinou as primeiras disputas e fundou a necessidade da união entre os homens. A linguagem e o trabalho, sobretudo da agricultura, enquanto suplementos, técnicas de produção e manipulação da natureza fixaram o homem à terra, formaram a ideia de propriedade, elaboraram a lógica das estações e, ainda, oportunizaram o espaço para encontro contínuo dos homens: “O primeiro bolo que se comeu foi a comunhão do gênero humano. Quando os homens começaram a se fixar, subiram um pouco a terra em torno da cabana: era mais um jardim do que uma lavoura”<sup>25</sup>. Na perspectiva do *Ensaio*, o nascimento da linguagem e a invenção da agricultura estão na origem do aparecimento do amor moral e do uso doméstico da piedade, explicam a saída da barbárie e a ampliação das formas de dominação política. Nesse sentido, o trabalho é um elemento civilizador homem, pois está na origem das condições que permitiram as primeiras palavras – “isso é meu” – e os julgamentos como estima de si e do outro: “Quanto à agricultura que demorou mais para nascer, liga-se a todas as artes: leva à propriedade, ao Governo, às leis e, pela mesma via, a miséria aos crimes...”<sup>26</sup>.

Se o discurso, conjugado às necessidades e ao trabalho, constitui a grande força aglutinadora, responsável pela abertura da natureza à sociedade, da solidão à comunidade, é porque carrega em si a aparência, o virtual, aquilo que ainda não é. Portanto, a separação entre intenção e discurso e a passagem da retórica para a gramática estão anunciadas – presentes – na própria estrutura das línguas e, nesse caso, elas são impuras desde o seu nascimento. No entanto, se a gênese das línguas está na origem da separação entre ser e parecer, como pressupor a unidade entre intenção e discurso? A aparência como produto do discurso – como ilusão, mentira, ou perversão – independentemente de uma má vontade dos homens, não está presente na própria essência da linguagem? Se a linguagem, dada sua estrutura aberta e sua potência criadora, opera, desde a sua origem, modificando intenções, produzindo pensamentos e ideias, a união entre intenção e discurso seria possível apenas em um momento pré-linguístico.

Os homens, como já adiantamos, inventaram duas formas diferentes de comunicação, sugeridas pelo instinto: a língua do gesto, que se constitui de movimentos ordenados no espaço e dirigidos à visão, primeiramente e, em seguida, a língua da voz que ordena sons no tempo e

---

25 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.398.

26 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.400.

os dirige aos ouvidos. Essas distintas formas de linguagem nasceram quando os homens descobriram o sentimento de identidade conjugado ao desejo e a necessidade de agir sobre o outro: “Desde que um homem foi reconhecido por um outro como um ser sensível, pensante e semelhante a ele próprio; o desejo ou a necessidade de comunicar seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso.”<sup>27</sup> No entanto, a primeira forma de comunicação entre os homens não pertence ao domínio do discurso, mas ao campo da expressão direta e muda dos sentimentos. Antes de inventarem uma língua – um conjunto articulado de significantes gestuais, sonoros ou gráficos – para comunicar as paixões, imitar as necessidades, ou representar os pensamentos, os homens se expressavam diretamente pela certeza tácita da visão crua proporcionada pela experiência da compaixão. No *Ensaio*, Rousseau apresenta a ideia da vivência e do aprofundamento das paixões como resultado do contato ingênuo entre os homens, como reação direta e calada de um homem diante da experiência, por exemplo, da dor, da fome, do desejo carnal do outro. A comoção da piedade natural está centrada no reconhecimento mudo do outro como um ser sensível e semelhante. Não é a piedade natural, descrita no segundo *Discurso* e no *Ensaio*, aquele sentimento que – ao contrário da piedade característica dos homens civilizados que consiste em separá-los – nasce no selvagem de uma relação de identidade com o outro? Relação que o impede de ser agressivo não por temer vingança, represálias ou, ainda, por algum imperativo moral que interdite a violência. A piedade natural não se reduz apenas a uma função moderadora, enquanto sentimento de amor ao outro que reconhece, sobretudo, o direito universal à vida, a piedade é a paixão pelo outro, é o entendimento do outro marcado pela expressividade da sua alma desdobrada nos seus gestos. Na piedade natural a força de viver do outro que pesa sobre mim, a subjetividade estrangeira transparece com todos os seus motivos – dores e fraquezas – e faz com que o homem natural se entregue “ao primeiro sentimento de humanidade”<sup>28</sup>. Rousseau, conforme a interpretação de Lévi-Strauss<sup>29</sup>, vê na piedade natural a emoção mais original de identificação, o lado avesso – contrário – da aparência: “...pois desejar que alguém não sofra não será desejar que seja feliz?”<sup>30</sup>.

27 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 375.

28 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*, v. 3, p.156.

29 Conf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*.1993.

30 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*, v. 3, p.156.

A piedade, diferente da linguagem, realiza um duplo movimento: abertura e descentramento. Na piedade natural, se o homem deve sair de si, se colocar no lugar do outro, também se faz necessário, que ele se abra para o entendimento mudo sobre a dor e o sofrimento do outro. Essa relação ambígua, sair de si e abrir-se ao outro, implica, conjuntamente, a comunicação e o entendimento silencioso entre as almas. A piedade, portanto, é a forma pré-linguística da intersubjetividade e da expressividade: “Como nos deixamos emocionar pela piedade? Transportando-nos para fora de nós mesmos, identificando-nos com o sofredor. Só sofremos enquanto pensamos que ele sofre; não é em nós, mas nele que sofremos”<sup>31</sup>.

Na vivência da piedade, no encontro do outro, o sujeito vive e aprofunda o sentido da própria existência. A comunicação muda entre as paixões, os movimentos de descentramento e abertura, estão na base não apenas do entendimento do outro, do sentido da dor, da fome e do desejo mas, também, do próprio eu:

Figuremo-nos quanto de conhecimentos adquiridos supõe tal transposição. Como poderia eu imaginar males dos quais não formo ideia alguma? Como poderia sofrer vendo outro sofrer, se nem soubesse que ele sofre? Se ignoro o que existe de comum entre ele e mim? Aquele que nunca refletiu, não pode ser clemente, justo, ou piedoso, nem tampouco mau e vingativo.”<sup>32</sup>

A piedade como descentramento ou transposição, tanto faz, é modificação, entendimento e cuidado do outro. Para desejar, imaginar e pensar além do limite da experiência subjetiva, para formar novas ideias e enriquecer o sentido da própria vida, torna-se imprescindível que um sujeito confronte o seu ser – a sua vida – diante de outro. A piedade enquanto encontro pré-linguístico é o assentimento mudo desprovido de aparência. No *Ensaio*, diferente do segundo *Discurso*, é a imaginação aliada à convivência doméstica que desperta a piedade e realiza a transposição do eu para o outro: “Quem nada imagina não sente mais do que a si mesmo: encontra-se só no meio do gênero humano”<sup>33</sup>. A comunicação e o entendimento, nesse caso silenciosos, ocorrem na ação recíproca e transparente entre duas almas, na transposição da experiência de uma existência para a outra. A piedade – tecida como des-

31 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.409.

32 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.381.

33 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.396.

centramento e abertura – é, ao mesmo tempo, comunicação e entendimento pré-linguístico e pré-reflexivo que permite unir duas vidas sob o solo comum de um acordo que dispensa o dizer e o pensar.

Diferente da piedade – paixão nascida com o homem, intrínseca à natureza humana – também contrariamente às leis positivas e ao pacto social que se impuseram como necessidades, a linguagem, como indicam o segundo e nono capítulos do *Ensaio*, nasceu do homem para suprir os limites da expressão pré-linguística da compaixão e da articulação figurativa dos gestos. A linguagem, como já dissemos, nasceu para expressar sentimentos e paixões e, desse modo, sobrepôs o assentimento sonoro ao reconhecimento mudo do outro: “Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram as primeiras palavras”<sup>34</sup>. Nesse sentido, as primeiras palavras realizaram o avesso – o movimento contrário – da piedade da natural. Enquanto a piedade é descentramento, movimento passivo de reconhecimento como interpretou Lévi-Strauss, mas é também deixar-se invadir e emocionar-se pelo outro, a linguagem marca um movimento ativo, expressa o desejo de agir sobre o outro, de fazê-lo compadecer-se do eu. Se a piedade está centrada no reconhecimento do outro, a linguagem – o gesto, fala ou a escritura – supre a necessidade e o interesse do reconhecimento do eu. No exame da gênese das línguas não encontramos apenas o momento da saída do estado de natureza, mas o início da humanidade: “A palavra distingue os homens dos animais”<sup>35</sup>. Na antropologia rousseauiana, o homem pré-linguístico – o homem em essência, mas não pleno – isento de sentimentos de desconfiança, acostumado à transparência e à energia silenciosa da piedade, encontra na primeira língua a junção do reconhecimento do outro com uma possibilidade de agir sobre o outro e de tomá-lo e moldá-lo como espelho de si mesmo. A língua, na sua origem, primeiro articulada em gestos e depois em um número reduzido de palavras que mais pareciam cantos, nasceu suplantando a expressividade silenciosa e natural da piedade. A invenção das primeiras palavras superou o estágio da comunicação passiva, puramente instintiva e animal. Supriu – substituiu – a abertura e o descentramento pela força aguda da retórica. Com a invenção da linguagem, o homem suplantou a comoção centrada na expressão muda “ajudai-me” pela fala invasiva centrada no eu: “amai-me”.

---

34 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.380.

35 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.375.

No entanto, se a linguagem não se apresentava como espelho da piedade e da razão é possível que tenha, pelo menos no seu início, se articulado sob o fundo dos sentimentos e das intenções? Será que nunca houve lugar, momento histórico em que o jogo de predominâncias – sul-norte – pendeu para a linguagem das paixões? Se a lógica do movimento é a mesma do segundo *Discurso*, tudo parece indicar que o progresso em direção à civilização reúne o apaziguamento das paixões ao progresso da linguagem. A linguagem, considerando a passagem da retórica para a gramática, suaviza, modifica e, finalmente, suplanta a força das paixões engendradas num caráter bruto e mudo. No estado de natureza a transparência – abrir-se integralmente ao outro – constituía um fundamento da certeza de si mesmo e, nesse caso, o uso da primeira língua, por consequência, se ordenava segundo esse mesmo princípio, a expressão dos primeiros sons manifestavam tão somente os apelos dos sentimentos. No entanto, entre a expressão sincera e a verdade das coisas, a linguística rousseuniana interpõe o abismo que separa a retórica da gramática.

O contato transparente entre os homens, conforme o capítulo III do *Ensaio*, está garantido pela energia da voz e, ao mesmo tempo, pela estruturação pobre de significantes presentes nas primeiras formas da linguagem. O homem selvagem do *Ensaio*, dadas às condições do estado de natureza, não poderia ter outra linguagem, num primeiro e longo momento, que não fosse aquela muito figurativa e pouco articulada. O saber pré-reflexivo do selvagem sobre a natureza e sobre o seu mundo, sendo imediato e prescindindo de forma de cálculo tinha, portanto, muito pouco em comum com a ideia de representação conceitual. O homem natural de poucas necessidades e paixões ainda em estado de latência, vivendo num meio natural de relações simples e objetivas, num estado de quase absoluto repouso, sem muitas revoluções, agia sobre o seu semelhante sem a necessidade de recorrer a uma linguagem apurada e precisa. O impulso inicial da fala foi marcado pela reunião espontânea entre os signos, os significantes e os sentimentos, pela comunicação direta das intenções sem a mediação dos atos de reflexão. Não havia na linguagem do homem natural qualquer espécie de compromisso, de fidelidade na relação entre o objeto nomeado e o signo. Inicialmente, a linguagem enquanto voz natural inarticulada, “fundada na variedade dos sons e acentos”, cantada antes de falada, onomatopeica sem ser abstrata existiu antes, propriamente, da invenção dos signos e dos significantes.

Todavia, entre o segundo *Discurso* e o *Ensaio*, Rousseau parece apresentar duas teses opostas sobre o uso denotativo e conotativo da palavra. No segundo *Discurso*, à primeira vista, a forma

inicial da linguagem é tão somente denotativa. As primeiras palavras inventadas pelos homens foram nomes próprios e, portanto, destituídas de qualquer função conceitual. O selvagem, num primeiro momento, conforme podemos ler no texto do segundo *Discurso*, incapaz de ultrapassar as diferenças, de pensar e articular palavras como um sistema de semelhanças, nomeava individualmente todas as coisas: “Cada objeto, a princípio recebeu um nome particular, sem levar em consideração os gêneros e as espécies que esses primeiros instituidores não estavam em condição de distinguir – todos os indivíduos se apresentavam isolados a seu espírito como o são no quadro da natureza. Se um carvalho chamava A, um outro chamava B...”<sup>36</sup> Cada coisa, cada ser, independente das semelhanças estruturais e ou aparentes, era investido por um nome próprio e específico. Desse modo, a primeira linguagem pobre em conceitos, rica em substantivos e estéril em adjetivos, repleta de nomes próprios, pois para cada palavra correspondia um único ser, uma única imagem. Privado de ideias e desprovido de qualquer ciência, o homem selvagem era incapaz de fazer um uso conceitual das palavras: “... para classificar os seres sob denominações comuns e genéricas, precisava-se conhecer as propriedades e as diferenças, eram necessárias observações e definições, isto é, a história natural e a metafísica...”<sup>37</sup>

No *Ensaio*, Rousseau nos diz que os homens aprenderam uma forma de linguagem antes de compreenderem o sentido próprio e latente tanto dos gestos quanto das palavras. Pelo menos o sentido de tudo aquilo que se desejava comunicar, fora as necessidades e as paixões. Essa língua pura, transparente e livre de toda suplementariedade, aberta – entre o grito e fala articulada – cantada – pronunciada antes de ser pensada – inocente – era naturalmente figurativa. Como podemos ler no texto abaixo, os homens empregaram as primeiras palavras para ultrapassar e congregar as diferenças em direção a um sistema de identidade vivido no próprio ser. O conceito-palavra “gigante” transpõe as distinções de tempo e espaço, pois reúne em um mesmo vocábulo experiências que ser as mesmas são semelhantes na medida em que referenciam uma mesma paixão (medo):

Um homem selvagem, encontrando outros, inicialmente ter-se-ia amedrontado. Seu terror tê-lo-ia levado a ver esses homens maiores e mais fortes do que ele próprio e dar-lhes o

36 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*, v. 3, p.149.

37 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*, v. 3, p.149

nome de *gigantes*. Depois de muitas experiências, reconheceria que, não sendo esses pretensos gigantes nem maiores e nem mais fortes do que ele, à sua estatura não convinha a ideia que a princípio ligara à palavra gigante. Inventaria, pois, um outro nome comum a eles e a si próprio, como, por exemplo, o nome homem e deixaria o nome de gigante para o falso objeto que o impressionara durante sua ilusão.<sup>38</sup>

A relação direta que o homem natural mantinha com as coisas e o contato transparente entre os homens no estado de natureza, não dispensou, inicialmente, uma língua de conceitos. Antes de empregar um conjunto de significantes convencionados quase naturalmente pela convivência constante, os homens falaram diretamente das coisas, ou figuraram, na forma de metáforas, as próprias coisas: “Essa língua possuiria muitos sinônimos para exprimir o mesmo ser em suas várias relações e poucos advérbios e palavras abstratas para exprimir essas mesmas relações”<sup>39</sup>. Portanto, agora numa perspectiva diferente do segundo *Discurso*, os homens falaram por metáforas antes de empregar nomes próprios. A figuração de vários seres em única expressão verbal, o uso polissêmico do um mesmo vocábulo e a articulação verbal capaz de suprir o uso denotativo, limitado unicamente à função substantiva, introduzem no *Ensaio* a teoria rousseauiana da metáfora como uso inaugural da palavra.

Contudo, existe, realmente, uma separação entre a linguagem figurativa e a literal que oporia o segundo *Discurso* ao *Ensaio*? Paul de Man, na sua obra *Alegorias da Leitura*, em uma bela análise sobre a função da metáfora na obra de Rousseau, mostra que a tensão polar entre as funções denotativa (carvalho A e carvalho B) e conceitual (*gigantes*) da linguagem, que parecem cavar um abismo entre as duas obras, revela, antes de tudo, a primordialidade e a centralidade do uso metafórico das primeiras palavras. Nessa perspectiva, a diferença entre o segundo *Discurso* e o *Ensaio*, antes de separar uso conotativo (metafórico) e denotativo (literal), enuncia uma tese sobre uma teoria da linguagem que reúne no mesmo ato de comunicação esses dois termos. Se podemos dizer que Rousseau privilegia a forma literal da linguagem, em acordo com a interpretação direta do *Ensaio*, é porque também podemos dizer, ao aproximar os dois textos, que ato de nomear é metafórico como, também, que toda metáfora supõe literalidade. É verdade que, no segundo *Discurso*, o nome próprio nasceu antes do conceito. Entretanto, o uso denotativo

38 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.381.

39 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.381.

que comandava as primeiras palavras, ainda no segundo *Discurso*, não apenas foi suprido pela forma metafórica da linguagem, mas já supunha o emprego de uma função metafórica (conceitual). No segundo *Discurso*, a denominação – a palavra – está associada à diferença – a árvore A e a árvore B – e não à identidade. Todavia, isso não nos permite concluir que a denominação está completamente separada da conceitualização, pois todo ato de nomeação não deixa de expressar um conceito, como, por outro lado, toda linguagem literal carrega um fundo de metáfora: “é impossível dizer se a denominação é literal ou conceitual”<sup>40</sup>. Na experiência do selvagem, no ato de nomear o *carvalho A* – na palavra *carvalho* – não encontramos apenas um referencial empírico distinto e desprovido de identidade, mas, ao contrário, temos um polo de sentido que foi figurado sem transpor o conjunto das diferenças em direção ao das semelhanças. Na palavra *carvalho A* – o nome denotativo que parece ignorar as similitudes com o nome próprio *carvalho B* – figura um ente de sentido que se destaca pela sua apresentação singular e pela sua extensão conceitual. Cada palavra, como podemos ler no segundo *Discurso*, diz mais que um nome, já é uma sentença. Podemos dizer que uma espécie de nome-metáfora intervém nesse momento inicial da linguagem, pois toda palavra conserva uma significação própria e, ao mesmo tempo, se mantém aberta para uma função figurativa. Portanto, desde o segundo *Discurso*, Rousseau já apresenta a estrutura aberta da linguagem e a impossibilidade de reduzi-la a uma única função, seja literal ou metafórica: “Deve-se acreditar que as primeiras palavras utilizadas pelos homens tiveram em seu espírito significação muito mais extensa do que aquela que possuem nas línguas já formadas [...] deram a cada palavra o sentido de uma proposição inteira.”<sup>41</sup>

No *Ensaio*, conforme a leitura de Paul de Man inspirada em Derrida, o termo gigante revela o medo do desconhecido, expressa um sentimento de desconfiança. A palavra “gigante” nasceu como um nome e como metáfora para figurar uma experiência – uma visão – que se comunicava diretamente com o temor do desconhecido que subverte a ordem das relações constantes. No *Ensaio*, o uso figurativo da linguagem “chamar o outro homem de gigante”; significa que estou com medo, mas expressa também um impressão assentada em dados observáveis. O medo, como exemplo paradigmático da relação entre paixão e palavra, é que possibilita a anterioridade da metáfora sobre a função denotativa da linguagem. Pois, conforme de Paul de

40 MAN, De Paul. *Alegorias da Leitura*, p. 174.

41 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*, v. 3, p.148.

Man, a metáfora é a figuração que depende de uma correspondência entre o interior e o exterior é, nessa direção, a fórmula de uma “hipótese de desconfiança”.<sup>42</sup> Desse modo, a palavra “gigante” é o exemplo de uma metáfora que nasceu da ligação entre a experiência interna – o medo – e a observação de outros homens. Toda a metáfora, nascida das paixões – da desconfiança e do medo de outros seres – pode ser denotativamente equivocada, mas se apresenta subjetivamente sincera na medida em que figura uma experiência interna: “A metáfora é cega, não porque distorce dados objetivos, mas porque apresenta como certo o que é, de fato, uma mera possibilidade.”<sup>43</sup> Portanto, toda metáfora – “gigante” – traduz um engano linguístico que resulta de uma espécie de erro psicológico – do medo – que finge acreditar em seu próprio significado referencial. Para Paul de Man, a metáfora, reduzida ao espectro de figuração, somente tem sentido na economia interna de um texto: “assim que abandonamos o texto ela se torna aberratória.”<sup>44</sup> No entanto, na economia da vida, enquanto uma figura de linguagem substitutiva (“ele é um gigante” substitui “estou com medo”), a metáfora é um suplemento que transforma uma situação referencial em um fato literal. A metáfora, ofuscada pelo erro psicológico, altera e objetifica o referente, nomeia o inominável, determina o indeterminável ultrapassando as diferenças em favor de um significado unívoco: “Toda a linguagem é uma linguagem sobre a denominação, ou seja, uma metalinguagem conceitual, figurativa e metafórica. Como tal, ela partilha da cegueira da metáfora, quando esta literaliza sua indeterminação referencial numa unidade específica de significado.”<sup>45</sup>

O ponto de origem da linguagem, entre o grito – a linguagem natural – e o uso articulado da fala pode ser encontrado no uso retórico da metáfora nascida das paixões, do medo, como podemos ler no *Ensaio*. A linguagem como metáfora revela a figuração da ideia (do sentido) que antecede a articulação convencional dos signos. Assim, a metáfora – o signo no estado de coisa – é expressão imediata, é presença de sentido, de significação antes de ser articulação de significantes. A metáfora, finalmente, é a face figurativa da retórica, pois impressiona pela apresentação direta do objeto dispensando a representação abstrata dos signos. Conforme interpreta

---

42 MAN, De Paul. *Alegorias da Leitura*, p. 175.

43 MAN, De Paul. *Alegorias da Leitura*, p. 175.

44 MAN, De Paul. *Alegorias da Leitura*, p. 176.

45 MAN, De Paul. *Alegorias da Leitura*, p. 177.

Derrida, a metáfora, sobretudo por que exprime propriamente a paixão, torna-se o avesso da gramática, do uso lógico da língua, da junção fria dos significantes:

Entre a pré-linguagem e a catástrofe linguística instaurando a divisão do discurso, Rousseau tenta re-apreender uma espécie de pausa feliz, o instantâneo de uma linguagem plena, a imagem fixando o que não foi mais do que um ponto de pura passagem: uma linguagem sem discurso, uma fala sem frase, sem sintaxe, sem partes, sem gramática, uma língua de pura efusão, para além do grito, mas aquém da brisura que articula e simultaneamente desarticula a unidade imediata do sentido, no qual o ser do sujeito não se distingue nem do seu ato nem dos seus atributos.<sup>46</sup>

O *Ensaio* descreve, deste modo, dois instantes do uso retórico da linguagem, primeiro como metáfora – figuração – e, depois, como articulação espontânea de acentos e sons. Se, por um lado, a linguagem no seu estágio inicial foi capaz de expressar metaforicamente um conceito fundado em um erro psicológico (medo), em contrapartida, nesse estágio retórico, a linguagem garantia a transparência das relações e, novamente, “persuadia sem convencer e descreveria sem raciocinar.”<sup>47</sup> No predomínio da linguagem figurativa, a palavra não era artifício, não mascarava intenções e não dissimulava sentimentos. Portanto, o uso retórico da língua – seja como metáfora e como canto – é o avesso do simulacro.

Essa língua possuiria muitos sinônimos para exprimir o mesmo ser em suas várias relações e poucos advérbios e palavras abstratas para exprimir essas mesmas relações. Compreenderia inúmeros aumentativos, diminutivos, palavras compostas, partículas expletivas para dar cadência aos períodos e tornar fluentes as frases; contaria muitas irregularidades e anomalias; descuidaria da analogia gramatical para se prender à eufonia, ao número, à harmonia e a beleza dos sons.<sup>48</sup>

Desse modo, a unidade da primeira língua foi marcada pela a coesão entre intenção e discurso, pela ação retórica sobre o outro. Pelo menos no seu início, a tarefa de aproximar os

46 DERRIDA. *Gramatologia*, p.342.

47 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, V. 5, p.383.

48 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.383.

homens exigia essa unidade. Justaposição que mais tarde a linguagem, motivada por relações históricas – pela dinâmica de obstáculos e pelo jogo de suplências, conforme já apresentamos – se encarregou de tornar impossível. Nesse aspecto, mais um indício da lógica, quase paradoxal, introduzida pela linguística rousseauniana: o progresso gramatical da linguagem é a razão do seu enfraquecimento persuasivo. O que nos encontramos em Rousseau, conforme interpreta Paul de Man, é a natureza metalinguística (conceitual) da linguagem na qual toda a denominação deve postular um conceito de diferença para poder existir. Entretanto, além disso, a linguística rousseauniana mostra uma conjunção entre os usos denotativo e conotativo da linguagem fundado na energia da voz. O acento, a força da voz e o emprego retórico da palavra reúnem como faces complementares de um mesmo ato linguístico as funções de nomear e a de transmitir uma ideia ou um conceito: “O sentido só em parte está nas palavras, toda a sua força reside nos acentos.”<sup>49</sup> Portanto, a tensão polar entre uso literal e metafórico da palavra deve ser procurado na especialização da linguagem, no deslocamento da retórica para a gramática.

A retórica, a grande virtude da primeira língua, está justamente na falta, na ausência dos caracteres gramaticais e lógicos que refletem a estrutura da razão. No uso retórico da linguagem – da fala sem pensamento – a força dos sons supria a falta da sintaxe, enquanto a figuração e a energia da voz – o excesso de acentos nascidos do ventre das paixões – garantiam a transparência e funcionavam como antídoto contra a imprecisão e a solidão:

As primeiras línguas, filhas do prazer e não da necessidade, durante muito tempo carregaram os ensinamentos do seu pai: seu acento sedutor só desapareceu com os mesmos sentimentos que o tinham despertado, quando novas necessidades introduzidas entre os homens, obrigaram cada um a pensar em si mesmo e a fazer com que seu coração ficasse só dentro de si mesmo<sup>50</sup>.

A invenção da língua sequestrou a certeza dos limites da solidão e do assentimento dos sentidos, supriu o olhar silencioso da compaixão pelo acento sonoro das paixões. A reciprocidade – comoção pelos sentidos – e o reconhecimento – a visibilidade como um ser de intenções e com direito ao gozo da vida – que Rousseau tanto reclama faltar entre os homens sociabili-

49 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.409.

50 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, V. 5, p.407.

zados, encontraram na invenção da linguagem e no progresso das línguas o seu início e o seu fim. A solidão foi, antes da invenção da primeira língua, vivida no vazio do silêncio e, depois com o enfraquecimento da retórica, foi reinstalada pela economia dos acentos que suavizaram a energia da voz. O homem abandonou a solidão quando trocou o grito natural pelo canto e voltou a experimentar a distância entre as almas quando a voz suprida pelas formas lógicas de comunicação – a fala articulada e a escritura – perdeu o seu lugar e a sua potência para comover e persuadir. A impotência da fala é o fim do reconhecimento e da presença do outro, acompanha a transformação do *amor si mesmo* em *amor próprio* e, nos termos de Starobinski, é o fim da transparência.

No capítulo XII do *Ensaio*, Rousseau introduz o tema da música e esclarece a natureza retórica da linguagem como imitação. A origem da linguagem é a mesma da música, pois os primeiros discursos eram verdadeiros cantos e o homem falou por poesia muito antes de inventar a prosa. Desse modo, o deslocamento linguístico com todos os *tons* possíveis – do sensível para o inteligível, do local para o universal, da imitação para representação e da retórica para gramática – pode ser vislumbrado por meio de um exame comparativo da música. Nesse momento, diferentemente do segundo *Discurso*<sup>51</sup> e dos primeiros capítulos do *Ensaio*, Rousseau não está mais no domínio de uma discussão hipotética que rejeita os fatos e as pesquisas científicas sobre o tema. A crítica sobre princípios estilísticos da música permite retomar dois expedientes muito próximos de um modo científico de examinar o problema da origem da linguagem: i) a análise dos elementos formativos da voz e do canto, entre eles a melodia e a harmonia; ii) o estudo comparativo entre dois modelos de música, as óperas francesas e italiana. Portanto, Rousseau fecha o círculo da discussão ao encontrar na análise da queda da música – na crítica da ópera e no deslocamento da melodia para a harmonia – o seu referencial empírico acerca da suplência da retórica pela gramática. A discussão sobre a música no interior do *Ensaio* opõe Rousseau contra o “espírito de sistema”<sup>52</sup> do celebrado compositor francês Rameau, uma disputa

51 Essa questão de método me parece um ponto fundamental que marca a separação entre o segundo *Discurso* e o *Ensaio* para além dos estilos de escritura que distanciam a forma do discurso da forma do ensaio. Diferentemente do *Ensaio*, no segundo *Discurso* Rousseau recusa todos os referenciais empíricos para empreender o exame do estado de natureza e do homem natural: “Começemos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se predem a questão.” ROUSSEAU. *Discours sur l’origine de l’inégalité*, V. 3, p. 132.

52 ROUSSEAU. *Essai sur l’origine des langues*, V. 5, p.407

que dominou a cena da música francesa a partir da segunda metade do século XVIII. Rousseau rivaliza com Rameau, sobretudo contra o privilégio dado à harmonia diante da melodia. Na *Carta sobre música francesa*, em clara consonância com a letra do *Ensaio*, a música nasce da associação de três elementos: “melodia ou canto, harmonia ou acompanhamento, movimento ou ritmo.”<sup>53</sup> Para julgar uma música, examinar o seu caráter, é preciso levar em conta o equilíbrio entre esses elementos. Se uma determinada música encontra na harmonia o seu princípio determinante e ignora a melodia, é uma música enfadonha, metódica e sem criatividade. A harmonia é o elemento central presente no espírito de sistema de Rameau e na própria música francesa, a música escrita, da ordem e do compasso pensado. Essa “música do sábio”, diz Rousseau, ignora as variações locais, submete a singularidade dos acentos e das vozes nascidas do solo, do clima, dos costumes rústicos e do uso ordinário da língua por princípios e convenções universais. Além do mais, o canto dominado pelo princípio da harmonia, voltado para o equilíbrio e a comodidade do ouvido, exige atenção e estudo, pois não espelha e não imita os sentimentos e as paixões.

A harmonia é a cadência dos sons, enquanto melodia é a força. Se a harmonia traduz o quadro sonoro articulado segundo um princípio de equilíbrio e composição, a melodia reproduz a o acento da música, a energia que privilegia a força do canto e da voz diante da ordem e da cadência. Nessa disjunção entre ordem e força, entre o pensado e o espontâneo, entre o universal e o local, a análise rousseuana reafirma a tese da “quedada” das línguas presente na primeira parte do *Ensaio*. As primeiras vozes, nascidas do coração das paixões, eram verdadeiros cantos figurativos. Abusava-se antes da energia da voz do que da articulação dos sons. Na voz do homem recém-saído do estado de natureza, o núcleo de sentido estava todo no emprego da voz, na tonalidade e na força dos acentos. Por isso mesmo, como encontramos no texto sobre *A Origem da Melodia*, em consonância direta com o *Ensaio*, a riqueza da melodia supria a pobreza lexical da primeira língua:

A melodia nasce com a língua e se enriquece, por assim dizer, com a sua pobreza. Quando havia poucas palavras para expressar muitas ideias, foi preciso necessariamente dar diversos sentidos a essas poucas palavras, compô-las de diferentes maneiras, dar-lhes acentos

distintos que bastava apenas o tom para distingui-las, empregá-las em torno de figuras, e como a dificuldade de se fazer entender somente permitia se dizer coisas interessantes, se dizia com paixão do mesmo modo que se dizia com dor; o calor, o acento, o gesto, tudo animava os discursos que precisam antes se fazer sentir que entender. Assim, a eloquência precede o raciocínio e os homens foram Oradores e Poetas muito tempo antes de serem Filósofos.<sup>54</sup>

Ao contrastar melodia e harmonia, Rousseau redescobre duas espécies de variações semânticas: a da força e a da ordem. A primeira está no campo da natureza e a segunda das convenções. Quando a música é cantante e dominada pela melodia, conserva os traços locais e a sonoridade de uma voz original. No caso da música italiana as variações de tons – a força dos acentos locais – reúnem num mesmo aparelho de prosódias a fala e o canto. Na perspectiva de Rousseau, os italianos, quando falam, cantam e, ainda, quando cantam conservam os sinais de uma fala original: “Portanto, se existe na Europa uma língua própria à Música, certamente é a Italiana; pois esta língua é doce, sonora, harmoniosa e acentuada como nenhuma outra, e essas quatro qualidades são precisamente as mais convenientes ao canto.”<sup>55</sup>

A música francesa, na qual predomina a harmonia, a “beleza de convenções”<sup>56</sup>, semelhante à fala fria do homem moderno, não emociona, não imita. A força aglutinadora da harmonia – face universal da música presente uniformemente em todas as nações – suprime os acentos, substitui os sons locais em benefício da ordem, dos princípios estilísticos de uma música inteiramente voltada ao entendimento. O excesso de tecnicidade conduz Rousseau, ao final da *Carta*, a julgar pesadamente a língua e a música francesas, as quais o próprio autor não deixou de recorrer quando compôs a ópera *O Adivinho da Aldeia*: “Eu creio ter feito ver que não há nem ritmo e nem melodia na Música Francesa [...]; que o canto não é mais que um latido contínuo, insuportável a todos os ouvidos não prevenidos; que a harmonia é bruta, sem expressão [...] que as árias Francesas não são árias [...] Por isso eu concluo que os Franceses não tem música e não podem ter; ou que se alguma vez eles tiverem uma, isso será tanto pior para eles.”<sup>57</sup>

54 ROUSSEAU. *L'origine de la mélodie*, v.5, p.333.

55 ROUSSEAU. *Lettre sur la musique françoise*, V. 5, p. 297.

56 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, V. 5, p.415.

57 ROUSSEAU. *Lettre sur la musique françoise*, v. 5, p. 328.

Semelhante a um pintor que acredita que o segredo da pintura está no estudo e no cálculo da refração da luz e na gradação das cores, *o espírito de sistema* aplicado à música negligência a melodia em favor da harmonia e sustenta que a boa música deve, antes de expressar sentimentos e paixões, reproduzir uma ordem de princípios convencionados. Na perspectiva de Rousseau, a música e a pintura figuram entre as belas artes porque são artes imitativas. O desenho faz da pintura uma arte de imitação e, no caso da música, é a melodia, observa Rousseau.<sup>58</sup> Contudo, nesse caso, por que a imitação é tão importante? Em que sentido a imitação esclarece a noção de retórica? Finalmente, o que é imitação?

No texto sobre *A Origem da Melodia*, Rousseau estabelece que no estado de natureza ignoramos se havia ou não uma espécie de grito que seria próprio ao homem natural. No entanto, é fácil admitir o homem natural como um “animal imitador capaz de se apropriar de todas as faculdades que poderia tomar de exemplos dos animais.”<sup>59</sup> Nesse sentido, voltando ao léxico derridiano, a imitação é uma forma de suplemento. No entanto, trata-se de um suplemento que inicialmente não transforma e não acresce ao estado natural novas paixões. A imitação, antes de tudo, comunica e prolonga a forma puramente física das paixões em acentos e vozes. É preciso considerar que todas as paixões se exprimem inicialmente como canto – melodia. A dor, o medo, o desejo, por exemplo, são paixões que encontram no canto uma espécie de espelho sonoro.

A melodia imitando as inflexões de voz, exprime as lamentações, os gritos de dor ou de alegria, as ameaças, os gemidos. Devem-se-lhes todos os sinais vocais das paixões. Imita as inflexões das línguas e os torneios ligados, em cada idioma, a certos impulsos da alma. Não só imita como fala, e sua linguagem, inarticulada mas viva, ardente e apaixonada, possui cem vezes mais energia do que a própria palavra. Disso provém a força das imitações musicais e nisso reside o império do canto sobre corações sensíveis.”<sup>60</sup>

Para persuadir, romper com a solidão e levar a retórica ao limite do reconhecimento e transparência do outro é preciso imitar, isto é dar a forma canto às paixões que vivemos na carne. A função imitativa possui sons e ritmos capazes de suprir o vazio entre o interior e o exterior

58 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 419.

59 ROUSSEAU. *L'origine de la mélodie*, v.5, p.331.

60 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p.413

e preencher a distância entre o eu e o outro ligando as experiências sensíveis às impressões morais, fazendo desaparecer as diferenças sensíveis entre a matéria sonora (voz) e a matéria carnal. A imitação está na origem da linguagem, foi o suplemento o qual os homens recorreram para dar uma forma exterior aos sentimentos vividos no corpo. No entanto, a imitação não é simplesmente tradução do interior para o exterior. A imitação também opera no sentido inverso e age no interior do próprio homem suscitando paixões. Portanto, a análise da imitação remonta à estrutura aberta e ao poder criador da linguagem. A imitação, antes de tudo, é local, pois enraizada no ambiente não tem as mesmas variações e os mesmos acentos para todos os homens: “Contam, escreve Rousseau, que as cantatas de Bernier curaram a febre de um músico francês. Elas dariam febre a um músico de qualquer outra nação”.<sup>61</sup> Depois, a imitação está fundada na variação da força, pois um único vocábulo, uma mesma palavra pode expressar indiferença ou compaixão, dor ou prazer, medo ou alegria. Em terceiro lugar, a imitação é a forma retórica da fala na medida em que persuade sem conversar e estabelece a certeza sem recorrer ao entendimento frio da razão. Finalmente, a imitação permite o encontro entre o apelo do desejo e o acento vocal. É, conforme já adiantamos, a forma sonora das paixões, o eco moral que expressa, reproduz e produz paixões.

Enquanto na fase retórica da língua imperam a imitação, a transparência e a comoção, na fase gramatical a representação, o obstáculo e o entendimento frio comandam o discurso. Com a invenção e o progresso da linguagem verdade e certeza deixaram de ser mediadas pelos sentidos, são assentimentos exclusivos da ordem da razão e do entendimento. Nesse sentido, num primeiro instante, o caminho pelo qual o homem foi levado, necessariamente, pela linguagem, é aquele que pressupôs a transposição da percepção aberta dos sentidos ao ordenamento fechado do pensamento.

#### IV

A primeira língua, que era quase como um sopro sem articulação, pura expressividade, precisou mudar. O abandono da metáfora em direção à especialização da língua, possibilitado pela estrutura aberta da linguagem e colocado em causa pelo jogo de suplências, passou pelo

---

61 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v. 5, p. 418.

abrandamento do uso retórico e, por consequência, as funções de persuasão e imitação deram lugar ao entendimento e a representação. A imitação gestual foi, inicialmente, suprida pela fala e, finalmente, a linguagem alcançou o seu derradeiro grau de suplementação com o nascimento da escrita. O último suplemento, grau extremo da queda na história da linguagem, o aparecimento da escrita amplia as formas de violência e dominação, acresce às formas primárias de violência – o gesto bruto e natural e a potência dos sons, inaugurada com a invenção da fala – a sua derradeira forma moral: a violência simbólica. Portanto, a forma inicial do mal não é a violência física, mas a produção da autoridade e do poder articulados nas diferentes formas da expressão que colaboraram com a aparência, com o simulacro e a dominação.

No capítulo V do *Ensaio* as diferentes formas de escrita, desde as mais figurativas até a mais complexas, são contemporâneas ao desenvolvimento das paixões, das necessidades e das estruturas sociais e políticas. O *Ensaio*, como já indicamos anteriormente, rompe com a lógica das descrições lineares e cronológicas ao utilizar a narrativa do desenvolvimento da linguagem como elemento de sentido da história. No *Ensaio*, Rousseau descreve uma cadeia de processos evolutivos que comandam a passagem da primeira língua para uma fala articulada até a invenção da escrita, como sendo parte de um mesmo processo de transformação que instaurou a desigualdade e usurpou a liberdade. As necessidades se multiplicam, o problema da aparência, do cálculo, da produção e da proteção da vida exigem mudanças na língua. Surgem novos significantes, o uso dos signos é padronizado, os acentos são enfraquecidos para favorecer a harmonia e o uso local da fala perde predominância para a universalidade da escrita.

O desenho – pictografia – é a primeira forma de escrita. Dirigida aos olhos, essa escrita foi inventada pelos “selvagens.” A forma universal da escrita não depende de acordos e condições locais, pois consiste na pintura direta e alegórica dos objetos. A pictografia descreve tão somente o exterior e a certeza das impressões encontra sentido na exposição silenciosa das figurações do mundo natural: “Esse estado corresponde à língua apaixonada e já supõe algo de sociedade e de necessidades suscitadas pelas paixões.”<sup>62</sup>

A segunda forma de escrita é a ideofonografia. Inventada pelos povos bárbaros, fundada em convenções, pressupõe um povo reunido por meio de costumes e leis. Na ideofonografia as palavras são representadas como caracteres e proposições: “consiste, realmente, em pintar os

sons e falar aos olhos.”<sup>63</sup> Nesse momento, cada significante, diz Derrida, “remete a uma totalidade fônica e a uma síntese conceitual.”<sup>64</sup>

A supressão final da fala, a substituição quase completa da retórica pela gramática, foi determinada pela invenção do alfabeto, a língua fonográfica dos “povos policiados”. O alfabeto – a fragmentação da fala articulada em vogais, consoantes e sílabas – é o grau último de especialização da escrita: “Não se trata mais de escrever a palavra, mas de analisá-la”<sup>65</sup>. A escritura do alfabeto é a composição rica, bem acabada e precisa da linguagem. Suscetível de um grande número de combinações, capaz de exprimir as relações mais complexas, inventada para atender as necessidades dos “negócios” e das “luzes” é o ponto alto e, ao mesmo tempo, negativo do progresso da linguagem, pois instituiu a representação abstrata das formas morais e políticas da aparência. A escrita fonográfica é o suplemento mudo que substituiu a figuração pictural da natureza, a energia da voz e a presença do falante pela “exatidão” da representação gráfica:

A escrita, que parece dever fixar a língua, é justamente o que a altera; não lhe muda as palavras mas o gênio; substitui a expressão pela exatidão. Quando se fala, transmitem-se os sentimentos, e quando se escreve, as ideias. Ao escrever, é-se obrigado a tomar todas as palavras em sua acepção comum, porém aquele que fala varia as suas acepções pelos tons, determina-as como lhe apraz. Menos preocupado em ser claro, dá maior importância à força, não é possível que uma língua escrita guarde por muito tempo a vivacidade daquela que só é falada <sup>66</sup>.

No primeiro capítulo do *Ensaio*, Rousseau faz um elogio à língua do gesto: a língua do homem livre, muda, próxima da natureza, imediata, enérgica e dependendo menos de convenção. Já na parte final da obra ele apresenta o ponto extremo da história das línguas: a alienação da sociedade e a manipulação da vida pelo uso dos signos silenciosos. Na interpretação de Derrida, a diferença entre o gesto mudo e a fonografia, remete à supressão da presença pela representação e da imediatez dos sentidos pela mediação calculada do pensamento:

63 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 385.

64 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 358.

65 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 385.

66 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 388.

O signo mudo é signo de liberdade quando exprime imediatez; então, o que ele exprime e quem se exprime através dele são propriamente presentes. Não há nem desvio nem anônimo. O signo mudo significa a escravidão quando a mediatez re-presentativa invadiu todo o sistema de significação: então, através da circulação e das remessas infinitas, de signo em signo e de representante em representante, o próprio da presença já não tem lugar: ninguém está aí para ninguém, nem mesmo para si mesmo; não se pode mais dispor do sentido, não se pode mais detê-lo, ele é arrebatado num movimento sem fim de significação<sup>67</sup>.

A invenção da escrita marca o grau derradeiro da queda na história das línguas: o fim da voz e da presença. A retórica, nas palavras de Bento, a eloquência, nos termos de Derrida, prende-se à imagem, a forma figurativa da linguagem suprimida pela invenção do alfabeto, a forma última da gramática. A energia da voz paulatinamente serenada pelos símbolos gráficos – pela pintura, pelos caracteres, pelas letras – traduz a alteração definitiva no coração da linguagem, quando deixou de expressar paixões e passou tão somente a representar ideias. A história da escrita e o progresso da letra, revelam o afastamento do homem das coisas mesmas. O interior predomina sobre o exterior, assim como o pensado se impõe ao visto. A pictografia dos selvagens é a escrita que pinta os objetos, a ideofonografia é a letra bárbara que figura os sons e, finalmente, a fonografia é a convenção gramatical que representa os pensamentos, o que não é espontâneo e não-natural. O distanciamento é, em todos os sentidos, perda, saída de si mesmo, transposição da natureza para as convenções, do exterior para o interior. A escrita se converteu essencialmente em suplemento do simulacro e da alienação, pois substituiu a presença pela representação e, como bem interpreta Derrida, “todo o pensamento de Rousseau é uma crítica à representação, tanto no sentido linguístico como no sentido político”<sup>68</sup>.

A representação decreta o fim da presença, da comunicação imediata nascida do contato direto e, contrariamente a liberdade, suprime a própria vontade. A vontade representada deixa de ser propriamente uma vontade. O cidadão, oculto e suprido pelo representante, se não tem mais vontade também não tem mais voz: “A soberania não pode ser representada pela mesma razão pela qual não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade

---

67 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 285.

68 DERRIDA. *Gramatologia*, p. 361.

absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio termo.”<sup>69</sup> Para que a vontade não seja suprimida torna-se necessário que o povo esteja sempre reunido, que a presença e a voz não sejam substituídas pela letra e pela representação.

No *Contrato Social*, Rousseau reintroduziu a função legitimadora da linguagem na formação das instituições políticas. Desse modo, o suplemento linguístico ganhou um novo matiz, foi ampliado da função retórica na formação das instituições políticas, já devidamente estabelecida no segundo *Discurso*, para a função jurídica. Assim como no segundo *Discurso*, foi um ato de linguagem que instaurou a desigualdade, a sociedade e as leis – “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer “isto é meu” e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”<sup>70</sup> –, no *Contrato Social* também, podemos dizer, é a fala que permite o ingresso na vida social.

No livro 1 do *Contrato Social* ( Capítulos: II, III, IV), diferentemente de Aristóteles, de Grotius, de Pufendorf e de Hobbes, Rousseau recusa a ideia de fundamentar o poder político em qualquer forma de autoridade que não esteja fundada no consentimento – liberdade – e na igualdade dos homens. Nenhuma forma de convenção civil pode ser legítima quando tem na sua origem e no seu fim princípios que se contrapõem à soberania da vontade. Por isso mesmo, o contrato social não pode ser fundado: i) na família (na mais antiga das sociedades os homens se ligam apenas por uma necessidade de sobrevivência, que logo passa, e quando acontece eles tornam-se senhores de si, livres e independentes; ii) no raciocínio que professa que os homens não são naturalmente iguais, que uns nascem destinados a dominar e outros a serem dominados; iii) no pretense direito do mais forte (da força não resulta direito algum e a ela só se obedece por prudência e nunca por dever; cessando a obrigação, a força, não há mais dever, não há mais direito e este não se constitui coisa volúvel assim, que se dissipa com tanta facilidade); iv) na alienação voluntária da liberdade em favor de um déspota; v) no direito de escravizar decorrente da guerra.

Contra todas essas formas arbitrárias que supõem um consentimento tácito faz-se necessário considerar que o contrato é antes de tudo um ato de linguagem e deve nascer de uma

69 ROUSSEAU. *Du Contract Social*, v. 3, p. 429.

70 ROUSSEAU. *Discours sur l'inégalité*, v.3, p.164

declaração expressa. Desse modo, como está dado desde o *segundo Discurso*, o *Contrato Social* não é anterior ao desenvolvimento da linguagem e da razão. Para contratar é preciso deliberar, ter voz para escolher e dizer “eu quero, eu aceito”.

No capítulo IV da primeira versão do *Contrato Social*, dedicada a discutir as mesmas “falsas ligações do liame social” presentes no livro I da versão definitiva do *Contrato*, Rousseau estabelece que mesmo o silêncio não justifica a tirania ou qualquer outra forma de usurpação da liberdade. Em um regime tirânico a voz sufocada não significa consentimento, é apenas sintoma do medo da violência e da impossibilidade do corpo político se fazer presente. O silêncio e a ausência não consentem com a dominação, ao contrário, se opõem as relações tirânicas. O vazio e a voz sufocada do povo são os indícios da ilegitimidade de um governo, suficientes, diz Rousseau, para rejeitar o nome de um “chefe”, pois o povo deve sempre poder “falar” com o autorizado e, podemos acrescentar, falar sempre “em plena liberdade.”<sup>71</sup> Portanto, como estabelece Rousseau desde a primeira versão do *Contrato Social*, somente o consentimento voluntário e livremente expresso pode ser considerado válido como elemento fundante do pacto. Desse modo, podemos acrescentar, ao lado da clássica interpretação de Derathé, que do mesmo modo que o *Contrato Social* “é obra da razão”<sup>72</sup> ele é também obra da linguagem. No entanto, deve-se resguardar a inviolabilidade da liberdade diante da linguagem. Para Rousseau ninguém – nem um homem ou mesmo povo – tem o direito de se despojar da própria liberdade, ainda possa dizer: “eu não quero ser livre.”

Contudo, além dessa questão genética da linguagem na formação do pacto, no *Contrato Social* a legitimidade da palavra – a força da presença – diante da violência da escrita retoma a oposição entre retórica e gramática na forma de uma tensão no qual os componentes polares agora são complementares. No capítulo VII, do segundo livro do *Contrato*, quando o pacto já está formado, Rousseau se depara com uma tarefa crucial para a sobrevivência do acordo político: a difícil empresa do legislador em dar leis aos homens. O legislador deve superar dois obstáculos que se inter-relacionam. Primeiro, encontrar a linguagem adequada à política, isto é um discurso capaz de traduzir a *vontade geral* na forma de leis. Em segundo lugar, cabe ao legislador persuadir os cidadãos a aquiescer incondicionalmente às máximas civis nascidas do coração da

71 ROUSSEAU. *Du Contract Social*, (1ª version), v. 3, p. 296.

72 DERATHÉ. *Rousseau e a ciência política do seu tempo*, p. 266, 2009.

*vontade geral*. Além disso, o problema se aprofunda, a tarefa se complica, quando pensamos no movimento quase paradoxal que opõe os diferentes usos das formas ordinária e da forma técnica da linguagem. As línguas populares, a fala ordinária, pobres de ideias e conceitos, são inúteis para a tarefa legislativa, pois são incapazes de expressar as relações universais do direito político: “Os sábios que desejassem falar ao vulgo na linguagem deste, em lugar da sua própria linguagem, não poderiam ser compreendidos, pois há inúmeras ideias impossíveis de traduzir-se na língua do povo.”<sup>73</sup> Já a linguagem técnica do direito político, que encerra os conceitos e as leis gerais e deve ordenar a obra legislativa – fundamentalmente na sua forma última, da escritura — não impressiona, não seduz e não fala ao coração dos verdadeiros legisladores, o povo reunido. Desse modo, para não se limitar ao uso não pleno da linguagem – a aridez lógica de um lado e, de outro, a insuficiência retórica – o desafio do legislador é restaurar o poder criador e persuasivo da linguagem, enunciado no *Ensaio*, como meio de preservar as instituições políticas: “Em lugar de arazoados, teria sentenças; persuadiria sem convencer e descreveria sem raciocinar”<sup>74</sup>. Na perspectiva rousseauiana, como encontramos no *Contrato Social*, a retomada da energia persuasiva da fala no discurso político encontra o seu melhor modelo na força retórica da fala religiosa: “Eis o que, em todos os tempos, forçou os pais das nações a recorrerem à intervenção do céu e a honrar nos deuses a sua própria sabedoria, a fim de que os povos submetidos às leis do Estado como às da natureza e reconhecendo os mesmos poderes na formação do homem e na Cidade, obedecessem com liberdade e se curvassem docilmente ao jugo da felicidade pública.”<sup>75</sup> A voz do legislador embargada de alegoria mítica – um artifício retórico – é o suplemento do discurso político que age e modifica a vontade particular dos cidadãos e confere às leis civis um caráter sagrado e universal. O discurso do legislador, nesse caso, retoma o momento inicial da fala descrito no *Ensaio*, pois unindo o sentido das leis – da gramática – ao canto e a poesia, permanece incompreendido em seu significado abstrato quando, ao mesmo tempo, comove o cidadão a aderir às máximas da *vontade geral*: “Desse modo, pois, o Legislador, não podendo empregar nem a força nem o raciocínio, recorre a uma autoridade de outra ordem, que possa conduzir sem violência e persuadir sem convencer.”<sup>76</sup> Aqui podemos fazer intervir

73 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 428

74 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 381.

75 ROUSSEAU. *Du Contract Social*, v.3, p.383.

76 ROUSSEAU. *Du Contract Social*, v. 3, p.383.

a lógica do texto bíblico. O legislador está em uma situação semelhante a de Moises quando precisou – para garantir o pacto firmado entre Deus e os homens – dar ao povo que vagava no deserto uma segunda geração de leis. Podemos lembrar que Deuteronômio, o nome dado pelos gregos ao quinto livro do Velho Testamento da Bíblia, quer dizer “repetidas lei”, ou ainda, significa a segunda lei, ou uma segunda declaração das leis já promulgadas. Como no exemplo de Moises, o legislador propõe leis quando o pacto social já está formado, quando a primeira e mais importante lei já foi estabelecida: a alienação total.

Ao reintroduzir a linguagem passional na política, ao fazer conjugar no domínio do espaço público a deliberação genética – o procedimento gramatical – e um fundo de *desrazão* – a voz religiosa é basicamente canto – Rousseau ampliou o léxico do acordo político para o campo da vontade. Ao lado do diálogo, do consentimento livre, da produção do consenso racional – base das teorias democráticas deliberativas – Rousseau interpõe o interstício da persuasão passional, a produção da deliberação cordial fundada *no amor de si mesmo*. Assim, é preciso dizer que o consenso em Rousseau, ainda que fundado na força retórica do discurso alegórico, não recorre ao sentido de uma identidade coletiva *a priori*. A retórica do legislador, semelhante ao apelo original para a formação do pacto, está assentado no interesse individual nascido do coração do amor de si mesmo; assim como todo discurso religioso está voltado para a salvação da alma, para livrar o indivíduo da “danação”. Para persuadir, para comover deve-se falar diretamente ao coração do homem, fazer reviver as suas paixões, os seus medos, o seu desejo de viver e permanecer vivo antes de todos.

No livro 4 do *Emílio*, Rousseau discute a distinção entre essas duas formas opostas individualismo. *O amor de si* é uma paixão primitiva, que nunca deixa o homem, fonte de todas as outras; visa antes de tudo a própria conservação; mas inclina-se para o outro: “O primeiro sentimento de uma criança é o de amar a si mesma; o segundo, que deriva do primeiro, é o de amar aos que dela se aproximam.”<sup>77</sup>. O amor de si é o sentimento do querer e da boa intenção, a base desse amor está na conjugação entre o bem de si mesmo e o bem do outro, pois é a paixão natural que não separa o ato de realizar o bem do sentimento de querer o bem. No entanto, ambivalente, essa paixão natural se aquieta quando as necessidades estão saciadas e repugna o que não encontra como correspondência, o que é estranho, o que é perigoso e ameaçador: “... o

que nos serve, nós o procuramos; mas o que nos quer servir, nós o amamos. O que nos prejudica nos evitamos; mas o que nos quer prejudicar nos o odiamos.”<sup>78</sup> Já o amor próprio, nascido dos nossos vícios, fonte de conflitos é integralmente egoísta e está na origem das paixões “odiantas e irascíveis”: inveja; a necessidade de honra desmedida etc. O amor próprio não opera por reconhecimento, mas tão somente por comparação; exige sempre do outro preferência e distinção. O *amor próprio* é o sentimento da aparência, da vida social, da honra etc. Ninguém, diz Rousseau na Carta a Beaumont, quer o bem público senão quando este concorda com o seu: esse acordo é também o verdadeiro objetivo do político que busca tornar os povos felizes e bons “<sup>79</sup>. Portanto, são os interesses particulares, as paixões puramente ególatras que são visadas pelo discurso retórico. Nesse momento, na contramão da leitura de Vaughan, vale a pena fazer intervir a bela análise de Derathé sobre individualismo do sistema político de Rousseau. *É o amor de si* o sentimento central, uma espécie de suplemento cívico que impulsiona os homens a agirem e a ligarem-se aos outros por meio de um contrato: “Portanto, diz Derathé, é o interesse pessoal que continua sendo a base do sistema político de Rousseau “<sup>80</sup>.

O **Contrato Social**, desse modo, retoma a função retórica da linguagem anterior à invenção da escrita estabelecida no percurso do **Ensaio** e, ainda, reafirma a tese do último capítulo do **Ensaio** dedicado à relação entre as línguas e o governo. Para garantir a liberdade, para fugir à coerção das armas e a alienação da escritura – “como nada se tem a dizer ao povo, a não ser: dai dinheiro, diz-se por meio de cartazes nas esquinas ou de soldados nas casas “<sup>81</sup> – resta ao legislador falar diretamente ao indivíduo recorrendo à estrutura aberta (canto), a potência criadora (retórica) e à função (imitativa) das primeiras línguas: “Existem línguas favoráveis à liberdade, são sonoras, prosódicas, harmoniosas, cujo discurso de bem longe se distingue “<sup>82</sup>. O emprego da retórica religiosa enquanto técnica argumentativa – *canto civil* – é a forma melódica da linguagem capaz de superar os obstáculos, de desviar a política da violência física – da coerção pelas armas – e dirigir a vontade dos particulares aos interesses públicos.

---

78 ROUSSEAU. *Emile*, v 4, p. 492.

79 ROUSSEAU, *Lettre a C. de Beaumont*, v. 4, p 969.

80 DERATHÉ, *Rousseau e a ciência política do seu tempo*, p. 349.

81 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 429.

82 ROUSSEAU. *Essai sur l'origine des langues*, v.5, p. 429.

Contra o obstáculo da escrita – o distanciamento – e contra o obstáculo da dispersão – a representação – Rousseau opõe a persuasão à lei, a adesão irrestrita do cidadão ao pacto, a presença e a força retórica da *vontade geral*, reunidas no discurso do legislador. A lei deve ser a expressão da vontade e somente o “povo submetido às leis deve ser seu autor”<sup>83</sup>. Como interpreta Derrida, a degenerescência da representação política está na escrita, nos decretos, na substituição da lei nascida da ausência da vontade geral: “A soberania é a presença e o gozo da presença”<sup>84</sup>. A escrita, portanto, torna-se o suplemento final da fala. No *Contrato Social*, a forma política da escrita se apresenta como decreto, o ato arbitrário que cala vontade geral e põe fim à liberdade.

## V

A teoria sobre o enfraquecimento retórico da linguagem enquanto supressão da presença encontra a sua afirmação na crítica política da representação. No entanto, se a linguística rousseauiana condena a escritura como destruição da presença e como doença final da fala, Rousseau, enquanto escritor, procurou reabilitar a função retórica da linguagem através da escritura na medida em que ela, paradoxalmente, promete retomar a transparência expropriada da fala. Todavia, nesse caso, como podemos resolver a contradição, entender o teórico que aponta um perigo interno à linguagem – a ameaça política da escrita – com o escritor que procura na escritura a transparência das almas?

A escritura é uma técnica, um truque que restaura a presença simbólica do outro – representa – pela imaginação e pela letra. Na interpretação de Derrida, há uma estrutura comum que atravessa as diferentes experiências de auto-afecção. A experiência da escritura, semelhante à masturbação, se realiza como um perigoso suplemento: “é a experiência do tocante-tocado que admite o mundo como terceiro.”<sup>85</sup> Seja na masturbação ou na escritura o fim visado é sempre viver uma comoção – gozo – pela restauração de uma presença simbólica. A escritura supre a ausência, substitui a experiência direta do diálogo e da fala pela articulação silenciosa da letra, tem o poder de reorganizar os fatos, enganar a natureza e fixar um sentido sem o concurso do

---

83 ROUSSEAU. *Du Contract Social*, v.3, p.380.

84 DERRIDA. *Gramatologia*, p.362.

85 DERRIDA. *Gramatologia*, p.201.

outro e a disputa da voz. Nesse sentido, devido ao seu caráter suplementar, enquanto manipulação simbólica do real, a escritura, semelhante à experiência da masturbação anotada por Rousseau em suas *Confissões*, marca a passagem da inocência para vida adulta, a saída da idade de ouro para a sociabilidade é o abandono definitivo da fala direta e espontânea – do gozo inocente – pelo uso indireto dos signos:

Eu voltara da Itália [...] Meu temperamento inquieto declara-se enfim, e sua primeira erupção, muito involuntária, dera-me sobre a minha saúde, alarmes que pintam melhor que qualquer coisa a inocência que eu vivera até então. Logo tranquilizado, aprendi esse perigoso suplemento que engana a natureza e entrega os rapazes da minha índole a muitas desordens, as custas de sua saúde, do seu vigor, e algumas vezes da vida.”<sup>86</sup>.

Escrever, como a masturbação, é tocar a si mesmo, é procurar em si e por si mesmo o sentido – o prazer – que o outro, ao mesmo tempo, estimula e nega pela sua situação ambivalente: presença imaginária. Como suplementos, a escrita e a masturbação são perigosos na medida em que violam as leis e os interditos da presença real, pois ambos são vividos na culpabilidade, dispõem do outro – do próprio corpo – para seu bem prazer.

Contudo, diferente da interpretação de Derrida, é preciso considerar que na experiência da escritura, ao contrário da masturbação, a presença simbólica do outro não tem apenas o sentido do gozo, mas aponta para a restauração da inocência. Enquanto a masturbação inicia a descoberta da vida adulta, representa o fim da inocência, a escritura é o esforço ardil, a forma malograda, o perigoso e silencioso suplemento retórico que Rousseau recorreu para comover o outro e, então, reinstalar a transparência (*Confissões*), buscar a absolvição (*Diálogos*) e, finalmente, como encontramos nos *Devaneios*, retomar a existência livre.

Na tentativa de ser verdadeiramente reconhecido na sua idealidade e por suas intenções, a experiência da escritura retoma a vivência da **piiedade**: o duplo movimento de abrir-se ao outro e deixar-se invadir por ele. Somente um ser capaz de autoafetar-se (se descrever) pode se deixar comover pelo outro, ainda que se trate tão somente de uma presença figurada. **A regra de ouro**, seja na antropologia, na teoria da linguagem e, finalmente, na experiência da escritura

é o reconhecimento de que o outro determina todos os passos. Para autoafetar-se, para reapropriar-se de si, é preciso revitalizar a experiência da compaixão. O descentramento e a abertura devem governar a experiência do escritor como outrora permitiam a comunicação pré-linguística entre os selvagens. Partindo dessas observações, escreve Rousseau em suas *Confissões*, “resolvi fazer com meus leitores dessem mais um passo no conhecimento dos homens, afastando-os, se possível, dessa regra única e incorreta de julgar sempre o coração do outro pelo seu próprio; enquanto, pelo contrário, muitas vezes para conhecer o seu próprio seria necessário começar a ler no coração do outro.”<sup>87</sup>

Nas *Confissões*<sup>88</sup> e nos *Diálogos*<sup>89</sup> a perspectiva metodológica – “para conhecer o seu próprio coração é necessário ler no coração do outro” – ordena todos os passos. Nas *Confissões*, Rousseau ousa mostrar um homem em toda a sua verdade, um homem de todas as experiências, o exemplo do homem universal. Primeiro, é preciso apresentar ao mundo como Jean-Jacques se tornou Rousseau: órfão, homem, músico, escritor, filósofo, etc. Todavia, a expressão completa de uma alma requer a descrição integral dos sentimentos e dos fatos: as mentiras, os roubos, os crimes, a descoberta do amor e do sexo, o abandono dos filhos e dos amigos, as traições, a conversão religiosa, a negação da pátria, os medos, o desprezo pela sociedade e o amor à natureza etc. As *Confissões*, conforme encontramos na parte final do livro IV, renovam

87 ROUSSEAU. *Ébauches des Confessions*, p. 1149.

88 Conforme B. Gagnebin e M. Raymond, responsáveis pelo estabelecimento do texto das *Confissões* (Oeuvres complètes de Jean-jacques Rousseau, Bibliothèque de la Pléiade) essa obra tem uma *préhistoire* anterior ao *Emílio* e ao *Contrato Social*. Nessa primeira autobiografia, dividida em 12 livros, escrita entre 1765 e 1770, Rousseau descreve todas as etapas da sua vida – a infância, a saída de Genebra, a chegada à Paris etc – acompanhadas de um exame dos seus sentimentos e intenções.

89 Os *Diálogos* compõem a segunda autodescrição de Rousseau. Redigidos em um momento de grande perturbação pessoal – talvez o período mais instável de Rousseau, como frequentemente é retratado pela crítica especializada – esse texto está dividido em três partes. O 1º Diálogo, escrito em 1772, reconstrói os argumentos, passos e motivos do que Rousseau entende ser um complô tramado contra ele e contra o seu pensamento. No 2º Diálogo (1773-1774), Rousseau retoma o objetivo das *Confissões*, mas a partir de uma perspectiva distinta. Para o conhecimento de si mesmo, soma-se à consciência o complô. No 3º Diálogo (1775- 1776) Rousseau discute o futuro de sua obra, as chances de sobrevivência do seu pensamento. Nesse último livro dos *Diálogos*, a lucidez é recuperada pelo sentido e alcance histórico que o autor reconhece ao seu próprio pensamento independente do julgamento da sua pessoa.

a crença da possibilidade da transparência como expressão escrita: “Queria poder de algum modo tornar a minha alma transparente aos olhos do leitor; e por isso procuro mostrá-la sob todos os pontos de vista, esclarecê-la em todos os dias, proceder de modo que não haja um movimento que ele não perceba, enfim, do jeito que ele possa julgar por si próprio o princípio que o produz.”<sup>90</sup> Desse modo, o mais interessante é o suplemento que se acresce à descrição de si mesmo: apresentar-se integralmente – interior e exteriormente – para fazer-se transparente e ser reconhecido pelo leitor. Rousseau acrescenta a descrição crua da vida, ao esvaziamento da potência persuasiva da linguagem na forma da escritura, o poder do leitor como meio de restauração de uma certa ausência e de um tipo de apagamento calculado da presença que é impossível à fala e ao texto:

Se eu me encarregasse do resultado e dissesse: ‘É assim o meu caráter’, ele poderia supor, que se não o engano, pelo menos me engano. Mas relatando-lhes as minúcias tudo que me aconteceu, tudo o que fiz, tudo o que pensei, tudo o que senti, não posso induzi-lo ao erro, a menos que ele o queira. É ainda que o queira não o conseguirei facilmente por esse modo. A ele cabe reunir esses elementos e determinar o ser que os compõe: o resultado deve ser obra sua. E se ele então se enganar, fica todo erro por sua conta. E para esse fim não basta apenas que as minhas narrações sejam fieis, é preciso que sejam exatas. Não cabe a mim julgar a importância desses fatos: devo contá-los todos e deixar a ele (leitor) o cuidado de escolher.<sup>91</sup>

Na perspectiva das **Confissões** a função da escrita é estrategicamente descritiva, pois se o público toma Rousseau como o pior homem entre todos é tão somente porque ignora a história, os fatos e, sobretudo, as verdadeiras intenções de Rousseau. O resultado, a verdade, o erro – como está dito no texto acima – são obra do leitor. Cabe ao leitor (o outro) o julgamento e, por sua vez, persuadir-se sobre a alma de Rousseau, pois a produção da retórica foi deslocada do emissor – do escritor – para o receptor – leitor. Bento Prado Jr, numa interpretação avessa à leitura de Derrida, mostra que a distensão entre a arte de escrever e a arte de falar não está na diferença entre presença e ausência, mas “na atonia, na homogeneidade dos signos visuais”<sup>92</sup>. A escrita destituída

---

90 ROUSSEAU. *Les Confessions*, p. 175.

91 ROUSSEAU. *Les Confessions*, p. 175.

92 PRADO Jr. *A retórica de Rousseau*, p.129

dos acentos do canto e do grito natural, restaura a força retórica suprimida pela atonia dos signos e pelo poder de interpretação do outro – o leitor. Nesse sentido, o leitor comanda – realiza – a função retórica na escrita. Além disso, torna-se necessário levar em conta os poderes formativo e terapêutico da própria leitura como Rousseau reconhece em diferentes momentos das suas *Confissões*. Na adolescência, entorpecido pelo poder dos livros, o vício da leitura representa a reposta ao tédio, a fuga da falsa camaradagem, o esquecimento do tempo, o abandono da aprendizagem e das obrigações do trabalho e, sobretudo, a paixão capaz de suprir o vício do roubo: “Mas foi então, justamente, que a leitura me furtou a qualquer atividade. Inteiramente entregue à minha nova paixão, só me ocupava de ler e não roubava mais.”<sup>93</sup> Se a leitura, esse verdadeiro suplemento, foi capaz de se sobrepor ao roubo, de dar forma definitiva ao próprio temperamento – “tornei-me taciturno e selvagem” – e restaurar a presença de si para si mesmo, ela também poderia permitir o reconhecimento entre as almas e a conciliação de Rousseau com o público. No entanto, as *Confissões* não encontraram nenhum leitor compreensivo capaz de reunir os fatos e restaurar a transparência. Pois o julgamento – agora o verdadeiro obstáculo – se antecipou à confissão, ao testemunho da vida e se sobrepôs à leitura. A experiência da escritura descobre um novo registro que parece comandar o jogo de suplências que opõe à força das paixões – letra – aos obstáculos. O primeiro obstáculo está na distância, pois a presença enfraquecida do próprio eu – escritor – soma-se ao desaparecimento do outro – leitor. Acresce-se a isso que a verdade da escrita sobre si mesmo, ainda que a narrativa se estruture na expressão fiel da memória e dos sentimentos, como está nas *Confissões*, sempre será obra da interpretação de um sujeito disperso e estranho. Finalmente, a força persuasiva da escritura está articulada no uso silencioso e uniforme dos signos. Em todos os casos a escritura representa o avesso do grito natural e do canto, comanda a forma calada da linguagem despojada de todos os elementos retóricos. Isso, de certo modo, também explicaria a tentativa desesperada de Rousseau de fazer do leitor um auditor e, desse modo, procurar comover pela fala, pela leitura pública o que havia falhado como escrito: “Uma vez instalado em Paris, Rousseau tenta a grande aventura da leitura das *Confissões* [...] mas a sua voz se perde no silêncio”<sup>94</sup>. Nesse sentido, as *Confissões* fracassam duplamente, como texto e como fala, pois Rousseau não encontra ouvintes abertos à sua vida – voz – como também não tinha comovido os leitores. O verdadeiro obstáculo não é mais da ordem do espaço, não é mais o da ausência física, mas,

---

93 ROUSSEAU. *Les Confessions*, p. 39

94 GAGNEBIN, B.; RAYMOND, M. In: ROUSSEAU. *Les Confessions*, p.XLVIII.

sobretudo, transparece na imagem simbólica de Rousseau – a representação moral estabelecida – que não pode ser suprida pelo uso retórico da linguagem, seja como escrita ou como fala.

Os *Diálogos*, escritos na esteira do insucesso retórico das *Confissões*, na impossibilidade da transparência pelo testemunho integral, aprofundam a centralidade do outro, do leitor. No entanto, nesse segundo momento, não basta apenas apresentar ao leitor os fatos, é preciso recuperar o seu julgamento, transcrever a representação moral de Rousseau forjada como complô. Se as *Confissões* ressaltam a nulidade da abertura, da transparência na experiência da escritura, nos *Diálogos*, como estabelece Bento Prado Jr, Rousseau radicaliza o descentramento, pois a escrita não procura mais a absolvição pela confissão da vida sem reservas, mas pelo reconhecimento dos crimes de Jean-Jacques: “É apenas na natureza da linguagem, na qualidade da obra de J-J, que a justificação da inocência se torna possível.”<sup>95</sup>

Os *Diálogos* representam a resposta rousseauiana contra o complô no qual a força retórica da escritura e da fala se mostraram insuficientes diante do Rousseau simbólico trama-do no silêncio das consciências, nas reuniões sociais, nos debates dos cafés dos filósofos, na literatura, no teatro, nas cartas e nos discursos: “São nas reuniões particulares, nos círculos, nos pequenos comitês secretos, em todos esses pequenos tribunais literários, presididos pelas mulheres, que se afiam os punhais que se escondem sob os mantos.”<sup>96</sup> Na apresentação dos *Diálogos*, Rousseau revela o seu espanto em ser tão mal julgado pelo público. Ele próprio, no lugar do público, se conduziria completamente diferente sobre um homem como Rousseau. Os motivos para escrever estão na separação entre o eu – escritor – e o público, no distanciamento do julgamento. Todavia, o mais estranho é que o público não é desonesto. Além do mais, como supor que apenas um homem esteja certo e toda uma geração, a Europa inteira, esteja errada sobre Rousseau:

Vendo, contudo, toda Paris, toda França, toda a Europa se conduzir a meu respeito com grande confiança certas de máximas [...] tão pouco concebíveis por mim, eu não poderia supor que este acordo unânime não tivesse nenhum fundamento razoável ou ao menos aparente, e que toda uma geração se acordaria a querer separar todas as luzes naturais,

---

95 BENTO JR. *A retórica de Rousseau*, p 132.

96 ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p.943.

violiar todas as leis da justiça, todas as regras do bom senso, sem objeto, sem lucro, sem pretexto, unicamente para satisfazer uma fantasia da qual eu não posso perceber o motivo e a ocasião<sup>97</sup>

Nos *Diálogos*, ao reconhecer o complô, ao dar voz ao acusador Rousseau, ao mesmo tempo em que aprofunda o descentramento como desvio do subjetivismo confessional, troca a transparência pela absolvição e o reconhecimento pela justiça. O objetivo da escritura, nas palavras de Rousseau, “foi estabelecer alguma aparência de equidade nos processos.”<sup>98</sup> Por isso mesmo, para entender essa separação que opõe a verdade pública à certeza subjetiva e, ainda, para não ser injusto com o público é preciso imitá-lo e deixá-lo falar. Escrever, nesse caso, passa por procurar o sentido da verdade no outro. O texto não pode se estruturar em razões desconhecidas, em hipóteses incompreensíveis. Por isso mesmo, entre todas as suposições possíveis, era preciso escolher “*la pire pour moi*”, a melhor para os adversários: tudo a seu favor, todos os motivos plausíveis, todos os fatos, invenções e opiniões.

Para reunir sobre um mesmo julgamento dois pontos de vista, o do escritor e do público, Rousseau troca o testemunho direto da vida, pelo diálogo, pela disputa da linguagem, o meio capaz de suprir a força do complô e realizar a justiça: “A forma do diálogo me pareceu a mais apropriada para discutir os prós e os contras, e a escolhi por essa razão.”<sup>99</sup>

Os *Diálogos* procuram ordenar a realidade além de um índice subjetivo, não estão mais centrados no relato da vida, mas no exame público – textual – dos argumentos do complô orquestrado pelo outro. Ao acompanhar o público, dividindo-se entre o inocente e o culpado, Rousseau quer revitalizar a potência perdida da linguagem, como se a escritura tivesse o poder de perdoar aquele que assume a culpa diante da fala do outro. Se a divisão no texto entre Rousseau e Jean-Jacques, como escreve Robert Osmont na apresentação dos *Diálogos*, “está a serviço de um método psicológico que, através dos aspectos visíveis e cotidianos, descobre as causas profundas da ação que modela a personalidade”<sup>100</sup>, essa mesma divisão, num sentido mais

97 ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p. 662

98 ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p.662

99 ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p .663.

100 OSMONT. In : ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p. LVII.

profundo, revela que o autor dos livros e aquele dos crimes não são o mesmo homem. A divisão entre Jean-Jacques e Rousseau é o exemplo de uma cisão entre espontaneidade e reflexão, entre o testemunho e argumentação, mas, o mais importante, está no fato de que a separação comanda um desígnio secreto: persuadir o leitor acerca do erro do seu julgamento deixando-o falar.

O descentramento, a regra de ouro de ouvir o outro, é radicalizada nos *Diálogos* num viés negativo, pois toda a experiência da escritura é comandada por um terceiro personagem, o porta-voz de todas as calúnias. Entre Jean-Jacques e Rousseau, entre o inocente e o culpado, o escritor dá letra ao acusador de todos os crimes: o Francês. Esse caluniador, paradoxalmente, é o ponto de equilíbrio, pois enquanto o anunciador do absurdo – do complô – representa a tentativa de organizar a realidade. Como se a potência criadora da escritura – semelhante à potência persuasiva da fala que marcou a origem da propriedade privada – pudesse, ao dar voz e tornar pública a acusação tramada na privacidade, esclarecer a origem de todo mal entendido e jogar luz sobre a obscura injustiça orquestrada contra Rousseau.

Nos *Diálogos*, conforme interpreta Bento Prado Júnior, a supressão do distanciamento que opõe a certeza subjetiva de uma inocência à verdade objetiva (a imagem pública de Rousseau) da culpabilidade, está no emprego linguístico que permite separar o fausto e a força. Bento examina os *Diálogos* e mostra que o embate inicial entre Rousseau e o Francês – a discussão que opõe o fausto à força – está na origem das acusações contra Jean-Jacques – *ame de boue* – e, podemos acrescentar, do mal entendido que separa Rousseau de toda a Europa. Ao lado da condenação de Jean-Jacques – “*quel abominable homme! Q’il m’a fait de mal !*” – o Francês também censura a obra e a escritura de Rousseau como artifício que supriu – encobriu – a virtude pelo fausto:

– *Mas notai bem, diz o Francês, que é o mesmo homem cuja as pomposas produções tanto vos encantaram, tanto vos entusiasmaram pelos belos preceitos de virtude que ele aí exhibe com tanto fausto.*

– *Dizei força, responde Rousseau. Sejamos justos mesmo com os perversos. O fausto excita no máximo uma admiração fria e estéril e, com certeza, jamais me encantaria. Escritos que elevam a alma e encantam o coração merecem outro nome*<sup>101</sup>.

---

101 ROUSSEAU. *Juge de Jean Jaques*, p. 667.

A posição de Rousseau é clara: a força da escritura que encanta o coração não comporta o fausto. A absolvição de Rousseau remonta à força da letra, está na própria obra, no exame dos diferentes empregos da escritura que permitem distinguir o fausto da força e, por consequência, o autor das obras que encantam o homem de “alma de lama”. Se o encantamento pertence à força e a ilusão ao fausto, a obra de Rousseau e o próprio autor deveriam ser inocentes. Pois como seria possível a uma alma de lama – *ame de boue* – escrever com tanta força e seduzir os corações? Desse modo, como interpreta Bento, é “na linguagem, na sua força como única garantia de moralidade, que Rousseau acha o meio de contrapor-se às iniciativas dos Messieurs.”<sup>102</sup>

Nos comentários sobre os *Diálogos*, Rousseau reconstrói a sua preocupação com o depositário da sua obra, e fortalece a função central do leitor e o caráter regenerativo da escritura. Preocupado em garantir a posteridade do seu texto e o livre curso da sua apologia, Rousseau, em *A história do precedente escrito*, narra as sucessivas desventuras na tentativa de dar o melhor destino aos *Diálogos* e escapar das mãos dos conspiradores. Quando, antes de tudo, decide colocar o julgamento da sua vida nas mãos da *providence* e quer depositar os *Diálogos* no altar de Notre-Dame, encontra a igreja fechada. Depois, realiza a pior de todas as escolhas e confia a obra a um editor profissional, a um filósofo que a recebe, lê e não se comove: “Ele me falou da transposição a fazer para dar uma melhor ordem às minhas matérias, mas ele não me disse nada do efeito que o meu escrito tinha exercido sobre ele, nem o que ele pensava do autor.”<sup>103</sup> Desesperado com a sina da obra, com a repercussão do seu nome, com a esterilidade de sua escritura, Rousseau entrega, finalmente, os *Diálogos* a um jovem inglês que recebe em visita. Em todos os casos, semelhante aos eventos que ocorreram às portas de Notre-Dame, todos os homens estão cegos e surdos à verdade e à força da escritura. Todavia, a esperança da persuasão se renova no anonimato do leitor, no leitor do futuro ainda não contaminado pela conspiração, o único homem aberto aos efeitos da força persuasiva da escritura: “Mas se entre aqueles que me terão lido se achar um só coração de homem ou somente um espírito verdadeiramente sensível, meus perseguidores terão perdido a sua razão – pena – e, em breve, a verdade aparecerá aos olhos do público.”<sup>104</sup> Portanto, se entre todos os homens houver um que desconfie do complô,

---

102 PRADO Jr. *A retórica de Rousseau*, p. 134.

103 ROUSSEAU. *Histoire du précédent écrit*, p.982.

104 ROUSSEAU. *Histoire du précédent écrit*, p.987.

que seja comovido pela energia da escritura, esse anônimo será o fiel depositário dos *Diálogos*. O futuro da obra, o futuro de Jean-Jacques está nas mãos do leitor, mas de um leitor desconhecido. Uma pessoa distante que não terá ciúmes, não acumulará nenhuma vantagem em ter os textos de Rousseau, em defender a memória e a obra de autor. Esse leitor, contaminado pela força da escritura, sem interesses e razões particulares para ser fiel a Rousseau, poderá dizer, quando o público persistir nas mesmas disposições acusatórias a respeito da obra – fausto – e da alma de lama de Jean-Jacques: “você gostaria de saber o que Rousseau teria dito”<sup>105</sup>.

O desejo de transparência encontra o seu limite na corrupção essencial do outro, na falta de disposição do sujeito para ouvir e se deixar afetar, no silêncio das palavras desenhadas, na língua que perdeu a força original ao mudar para atender as necessidades históricas. *As Confissões* e *Os Diálogos* tiveram, de modo geral, uma acolhida negativa. O fracasso de persuadir o leitor – a confiança renovada em um leitor anônimo e do futuro – retrata o que já estava estabelecido desde o primeiro *Discurso*, a impossibilidade da abertura e do descentramento entre os homens: “Eles vão fazer um belo J.J., ao seu modo, Rousseau ficará sempre o mesmo a despeito deles”<sup>106</sup>.

O aparente resultado estéril das *Confissões* e dos *Diálogos* não atinge apenas os projetos da transparência e da inocência, é a potência criadora e persuasiva da escritura – a força – e da própria linguagem que são colocadas definitivamente em perigo. De modo geral, seguindo a interpretação de Bento Prado Jr, a experiência negativa das *Confissões*, também nos diz algo sobre a teoria da linguagem, sobre a própria estrutura da língua. Como se a teoria da linguagem exposta no *Ensaio* encontrasse o seu referencial empírico na empresa do escritor, na tentativa frustrada de se mostrar sem máscaras ou, ainda, como se estruturou os *Diálogos*, de se fazer ouvir pela voz do outro:

Ao contrário do movimento corrente da linguagem que apenas mascara a vontade de poder que a comanda, a palavra de Rousseau é atravessada por um desejo de transparência absoluta. E no entanto é nesta linguagem excepcional que parece confirmar-se, por outra via, um niilismo linguístico. Entre a primeira e a última página das *Confissões*, alguma coisa foi

105 Cf. ROUSSEAU. *Histoire du précédent écrit*, p.989

106 ROUSSEAU. *Histoire du précédent écrit*, p.987

mudada: abrindo, pela primeira vez na história [...], a verdade total de uma alma, ele não encontra nenhum olhar compreensivo, nenhum auditor que o possa acolher.<sup>107</sup>

O niilismo linguístico que transparece das *Confissões*, identificado por Bento Prado e agora estendido aos *Diálogos*, confirma as teses rousseauianas sobre a linguagem e, desse modo, reúne o teórico da linguística ao escritor sobre uma mesma perspectiva: a impossibilidade da persuasão e da transparência. É justamente essa impossibilidade que parece desviar Rousseau do uso retórico da linguagem – persuasão do outro – para o uso moral: a escritura como restauração da liberdade existencial. Nos *Devaneios*, último texto autobiográfico, a escritura ganha uma nova direção e desvia dos obstáculos, fundamentalmente do outro: “Eles não são injustos e perversos contra mim por erro, mas por vontade: eles o são porque querem ser, e não é à sua razão que é preciso falar, mas aos seus corações depravados de ódio”<sup>108</sup>. Não se trata precisamente da forma que a escritura assume nessa última obra de Rousseau ou das forças que é capaz de engendrar mas, basicamente, da qualidade dos obstáculos com os quais a escrita se depara, das motivações que levaram Rousseau a escrever os *Devaneios*. Entre as duas primeiras autobiografias e os *Devaneios*, Rousseau opera um deslocamento dos obstáculos e, desse modo, modifica – supre – a escritura com uma nova forma. Nesse último ato da escritura, para não ser detido pelos obstáculos, Rousseau opera na direção contrária da política, da antropologia e da transparência. O objetivo não está em reconstruir um ideal histórico, em procurar a compreensão do outro, em persuadir os seus semelhantes ou, ainda, de dar voz aos seus acusadores, trata-se tão somente de se conservar fiel ao próprio instinto moral para, desse modo, reorganizar a própria existência sem o suplemento da expressividade pública, dos motivos que fizeram os homens inventar a linguagem:

Escrevia as minhas primeiras *Confissões* e os meus *Diálogos* numa constante preocupação quanto aos meios de o furtar às mãos ávidas de meus perseguidores, para transmiti-los, caso fosse possível, a outras gerações. Quanto a este escrito, a mesma inquietude não me atormenta mais, sei que ela seria inútil, e como o desejo de ser mais bem conhecido pelos homens se apagou no meu coração, deixa ela apenas uma indiferença profunda pelo des-

107 PRADO Jr. *A retórica de Rousseau*, p.117.

108 ROUSSEAU. *Histoire du précédent écrit*, p.986

tino dos meus verdadeiros escritos e dos monumentos da minha inocência, que talvez já tenham sido todos aniquilados para sempre.<sup>109</sup>

No momento dos *Devaneios* não há mais descentramento, não há mais abertura. A escritura dos *Devaneios*, apagada para o público de maneira intencional, realiza uma inversão radical em relação aos propósitos iniciais que fizeram os homens falar. Nos *Devaneios* a escritura é a vivência simbólica do tocante-tocado na perspectiva estabelecida por Derrida. A busca de si e a tranquilidade da alma suprimam a necessidade de transparência e da inocência como reconhecimento. Não há mais lugar para testemunhos, pedidos de perdão ou superação de complôs. Escrever é êxtase, desejo de voltar-se unicamente para si mesmo. No lugar do testemunho cru e do diálogo aberto, Rousseau constrói um discurso alheio à razão, à memória e experimenta o suplemento da escritura – a masturbação simbólica – no seu grau mais extremo: “... que gozem à vontade do meu opróbrio, não me impediram de gozar de minha inocência e de acabar meus dias em paz, a despeito deles”<sup>110</sup>.

A razão, a memória e a própria escritura nascem como *rêveries* suscitados nas caminhadas. Após cada caminhada a escrita deve fixar todas as memórias, lembranças e sentimentos promovidos pelo êxtase de reencontrar-se na natureza. Nos *Devaneios* a regra de ouro – *ler no coração do outro* – foi suprida pelo êxtase de afetar-se, de ler em si e por si mesmo os motivos da própria vida. O ato de escrever, como tradução das *rêveries*, é a suplência capaz de ocupar o lugar da piedade, de ultrapassar todos os obstáculos que se opõem à potência criadora da escritura e, desse modo, romper com o niilismo linguístico identificado por Bento Prado Jr, ao qual nos referirmos anteriormente.

Nos *Devaneios* uma outra face da experiência da escritura é exposta. Aquela que conduz o seu uso em direção oposta aos propósitos iniciais que marcaram a invenção da linguagem. Há, na escrita e nos objetivos dos *Devaneios* um deslocamento do sujeito em direção a uma espécie de solipsismo. A linguagem, então, se converteu na possibilidade da busca de uma imprescindível, porém pacífica solidão: “Eis-me, portanto, sozinho na terra, tendo apenas a mim mesmo

109 ROUSSEAU. *Les rêveries du promeneur solitaire*, p. 999.

110 ROUSSEAU. *Les rêveries du promeneur solitaire*, v. 1, p.999.

como irmão, próximo, amigo, companhia”<sup>111</sup>. O rompimento com a unidade histórica – opinião pública – a tentativa de resgate da unidade essencial perdida se dá no isolamento, na solidão, no discurso dirigido para o próprio eu. A escritura nos *Devaneios* encontra, enfim, o seu lugar circunscrito ao próprio sujeito, no deslocamento e na dinâmica da perfectibilidade da linguagem que possibilita a identidade entre a experiência vivida e a escritura, resta ao sujeito falar somente a si mesmo, apenas o monólogo silencioso da escrita muda ao entendimento do outro.

Rousseau reconhece que o progresso ao qual a linguagem está submetida, aquele que a distancia cada vez mais dos sentimentos e se dirige inevitavelmente para o domínio da matemática proporciona aos homens mais eficiência na descrição do mundo e da natureza em geral. Contudo, o movimento é de exclusão: quanto mais a linguagem se aproxima da matemática, menos possibilidades ela encontra de expressar as paixões e comover o outro. Na fase inicial da linguagem, a incerteza conceitual e a pobreza léxica das expressões verbais eram compensadas pela força retórica das palavras nascida do coração das paixões. Todavia, as necessidades se impuseram às paixões, o progresso despertou a razão e, inevitavelmente, a gramática supriu a retórica.

A experiência rousseuniana da escritura – das diferentes autobiografias – revela a escrita como destino final dos motivos que fizeram os homens falarem. Em *As Confissões*, relato da vida, a inocência está no mito da transparência. Como se bastasse ser sincero para ser justo. Nos *Diálogos*, um julgamento dos relatos – não do coração mas dos fatos públicos que dão razão ao complô – o mito da inocência está na admissão da culpabilidade, como se acolher os crimes – ouvir as acusações – fosse suficiente para receber o perdão. Nos *Devaneios*, o mito da inocência está na autocompreensão. Como se o exame de si mesmo – não dos fatos, mas do êxtase solitário de uma alma imersa na natureza – fosse suficiente para entender a própria vida e restaurar a liberdade. Todavia, a experiência da escritura carrega um malogro, pois confirma o niilismo linguístico e, ao mesmo tempo, restaura a significação antipredicativa do amor de si mesmo e reinaugura o espaço solitário da linguagem. A teoria rousseuniana da linguagem e a experiência da escritura – a literatura autobiográfica – revelam a conversão da linguagem na direção oposta aos motivos que fizeram os homens falar: o fechamento sobre si mesmo.

## CONCLUSÃO

Manifestadamente, a própria escritura desse texto não escapa aos obstáculos que atingem a linguagem. Entretanto, independentemente da suspeição niilista de que já não podemos mais persuadir e nos deixar persuadir, seja pela fala ou pela escritura, a análise da linguística rousseauniana permite-nos algumas conclusões que funcionam como advertência sobre as formas de expressão e de interpretação da obra de Rousseau.

Primeiro, é fundamental reafirmar o que nunca pareceu muito evidente para a crítica rousseauniana. A linguagem não somente está presente em todos os momentos da obra de Rousseau, mas é o suplemento que permite entender todos os deslocamentos antitéticos: natureza e civilização; liberdade e alienação; desigualdade e igualdade etc. Enquanto suplemento – sem esquecer que o termo derridariano nasceu do próprio texto de Rousseau – a linguagem, desde o primeiro *Discurso*, é o veículo da aparência, a forma sonora do simulacro. No segundo *Discurso* e no *Ensaio*, a potência criadora da linguagem modifica o homem, explica a saída do estado de natureza e instaura o pensamento, a desigualdade e a aparência. No *Contrato Social*, reencontramos o papel articulador da voz em dois momentos cruciais: na fundação e na ordenação jurídica do pacto social. A experiência do escritor – como podemos ler nas *Confissões*, nos *Diálogos* e nos *Devaneios* – alimenta-se da potência criadora da escritura de apropriar-se de si e dar expressividade à transparência, à inocência e à liberdade.

Em segundo lugar, diferentemente da avaliação frequentemente dada à obra de Rousseau e ao século XVIII – o século dedicado a discutir tão somente aspectos acerca da origem da linguagem, enquanto as análises mais verticais sobre a forma, a essência e o uso da linguagem pertenceriam somente aos séculos posteriores –, o contato com o texto rousseauniano mostra uma filosofia que toma diretamente a linguagem como um objeto, incorporando em um mesmo exame o estudo genético e ôntico da linguagem. No segundo *Discurso*, de certa forma, mas, sobretudo, no *Ensaio* e nos textos sobre música, como estabeleceram por vias distintas Derrida, Starobinski, Paul de Man e Bento Prado Júnior, Rousseau não se limitou a inscrever a linguagem como um problema filosófico no interior da sua obra. Rousseau, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não antepôs diferentes usos da linguagem – retórico e gramatical – como resultado de variações históricas. A explicação da natureza ambígua da linguagem não está no exame do deslocamento temporal. Para entendê-la é preciso recuar ao estudo da estrutura e

analisar a diferença entre as formas imitativa e representativa da linguagem, entre o grito natural, o canto e fala. Na teoria rousseuniana, a linguagem é uma estrutura aberta muito antes de ser um fenômeno histórico resultante do multifacetado jogo de suplências estabelecido entre natureza e civilização; força e obstáculo etc.

Finalmente, o exame da onto-genética da palavra produziu o reencontro de dois temas centrais do pensamento rousseuniano – a liberdade e a verdade – e conferiu a sua obra um lugar singular entre as teorias dedicadas ao exame da linguagem. Nas narrativas do *Ensaio* e do segundo *Discurso*, a invenção da palavra representa a porta de saída do estado de natureza, marca o início de um processo que culminou com o fim da liberdade natural em direção a uma existência de alienação e de distanciamento entre os homens. Por outro lado, no *Contrato Social*, a voz, conforme já dissemos, abriga a liberdade. Da presença da voz depende o início e a manutenção do pacto. Pois se é preciso deliberar – dizer com a própria voz – para pactuar e aquiescer às leis torna-se essencial, para conservar a liberdade, ser persuadido pela força da voz do legislador. A presença da voz é o antídoto contra a representação que corrompe e destrói o pacto. A força da vontade geral está na presença, no poder da voz em expressar o desejo universal de liberdade. Os maiores riscos à liberdade estão na supressão da voz e na ausência. Nesse sentido, numa direção contrária às formas de democracia representativa fundadas na noção de consenso, como encontramos na tradição de pensadores contemporâneos de matriz liberal, Rousseau estabelece, desde *O Contrato Social*, a legitimidade da presença, da lei nascida da voz dos cidadãos como modelo de soberania. Portanto, é a teoria da linguagem que permite ver no *Contrato Social* todos os elementos formadores de uma democracia direta.

Ao mesmo tempo, a função imitativa da linguagem se apresenta como suplemento da verdade moral, da verdade como virtude. Nesse sentido, Rousseau acresce ao juízo lógico da verdade a sua forma ética. No campo da imitação, a verdade não se reduz a visão direta das coisas – a posse de uma essência – ou, mesmo, a correspondência entre o ver e o dizer, entre o pensar e o falar. Na linguística rousseuniana, ao lado dos empregos denotativo e conotativo, a função imitativa é o caráter original da linguagem, aquele que permite identificar a diferença entre a voz verdadeira e a voz que expressa à verdade dos fatos. Uma distinção que explica, como está no quarto *Devaneio*, a diferença entre o homem verdadeiro e o homem que diz a verdade: “Frequentemente contei muitas fábulas mas muito raramente menti. Seguindo esses princípios, dei aos outros muitas oportunidades de me atacarem, mas não prejudiquei quem

quer que fosse e não atribuí a mim mesmo maior vantagem do que me era devida. É unicamente por essa razão, parece-me, que a verdade é uma virtude. Em qualquer outro sentido, ela não é para nós senão um ser metafísico, de que não resulta nem bem nem mal.”<sup>112</sup>

## RESUMO

*O exame da linguagem ocupa lugar central no conjunto do pensamento rousseauiano, ao mesmo tempo em que apresenta uma nova teoria sobre a linguística. A novidade da linguística rousseauiana, objeto de análise deste trabalho, está na consideração da não presença, da estrutura aberta e da potência criadora da linguagem. A não presença, a consideração que a linguagem não nasceu na natureza e, ao mesmo tempo, não é instituição social, revela a solução inédita de Rousseau para o problema da origem da linguagem. Já as noções de estrutura aberta e potência criadora remontam à função central da linguagem na explicação da historiografia e da antropologia rousseauiana. No Ensaio sobre a Origem das Línguas e no segundo Discurso, Rousseau revisita a discussão antropológica e a perspectiva anti-histórica do homem e, ainda, reassume o problema do tempo – da saída do estado de natureza, do devir e da aparência – como história das línguas. O trabalho também discute essa dupla tese, a centralidade e a novidade do estudo rousseauiano da linguagem, retomando as interpretações de Derrida e de Bento Prado Jr. O conceito derridariano de suplementariedade e a concepção nuclear de retórica – enunciada por Derrida e aprofundada por Bento Prado Jr – radicalizam o sentido das noções de potência criadora e estrutura aberta da linguagem e, ainda, trazem à luz as implicações da teoria rousseauiana da linguagem para a compreensão das diferentes experiências da fala e da escrita na natureza, na sociedade, na política e na autodescrição.*

**Palavras-chave:** Rousseau, linguagem, retórica, suplementariedade, fala, escrita.

## ABSTRACT

*The examination of language occupies a central place in the whole of Rousseau's thought while presenting a new theory of language. The new language of Rousseau, the object of analysis of this work is the consideration of non-presence of the open structure and the creative power of language. The non-presence, the consideration that the language was not born in nature and at the same time, there is a social institution, reveals a novel solution to the problem of Rousseau the origin of language. Since the notions of open structure and creative power back to the central role of language in explaining the history and anthropology Rousseau. In his Essay on the Origin of*

112 ROUSSEAU. *Les rêveries du promeneur solitaire*, v. 1, p.1040.

*Languages and the second Discourse, Rousseau revisits the discussion anthropological and historical perspective of the anti-man and also resumes the problem of time – leaving the state of nature, and the appearance of becoming – as the history of languages. The paper also discusses the dual theory, the centrality of Rousseau and the novelty of the study of language and incorporates interpretations of Derrida and Bento Prado Jr. The concept of supplementarity derridariano and design nuclear rhetoric – enunciated by Derrida and deepened by Bento Prado Jr – radicalize the meaning of the notions of creative power and open structure of language, and also bring to light the implications of Rousseau’s theory of language to understand the different experiences of speaking and writing on nature, society, politics and self-description.*

**Keywords:** *language, rhetoric, supplementarity, speaking, writing.*

## **Referências Bibliográficas**

DERATHÉ, Robert. *Jean-Jacques Rousseau e a ciência política do seu tempo*. São Paulo: Editora Barcarolla; Discurso Editorial, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MAN, Paul de. *Alegorias da Leitura: Linguagem Figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PRADO JÚNIOR, Bento. *A Retórica de Rousseau e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Oeuvres complètes*, I, II, III, IV e V, Paris: Éditions.

Gallimard, 1964- 1995.

STAROBINSKI, Jean. *A transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.